



UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE PORTO NACIONAL
CURSO DE GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

LUCAS NOGUEIRA CANCIAN

**A PERCEPÇÃO E INTERCULTURALIDADE SINO-LUSITANA: RELATOS
PORTUGUESES SOBRE A CHINA NO INICIO DO SÉCULO XVI**

PORTO NACIONAL- TO

2025

LUCAS NOGUEIRA CANCIAN

**A PERCEPÇÃO E INTERCULTURALIDADE SINO-LUSITANA: RELATOS
PORTUGUESES SOBRE A CHINA NO INICIO DO SÉCULO XVI**

Monografia apresentada à Universidade federal do
Tocantins (UFT), Campus Universitário de Porto
Nacional como requisito parcial para a obtenção do título
de licenciado em História.

Orientador: Prof. Dr. Rodrigo Poreli Moura Bueno

PORTO NACIONAL, TO

2025

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Tocantins

- C215p Cancian, Lucas Nogueira.
A percepção e interculturalidade Sino-Lusitana: relatos portugueses sobre a China no início do século XVI. / Lucas Nogueira Cancian. – Porto Nacional, TO, 2025.
77 f.
Monografia Graduação - Universidade Federal do Tocantins – Câmpus Universitário de Porto Nacional - Curso de História, 2025.
Orientador: Rodrigo Poreli Moura Bueno
1. Grandes Navegações. 2. Contato Sino-lusitano. 3. Ásia. 4. Choque-Cultural. I. Título

CDD 901

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – A reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio deste documento é autorizado desde que citada a fonte. A violação dos direitos do autor (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

Elaborado pelo sistema de geração automática de ficha catalográfica da UFT com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Lucas Nogueira Cancian

**PERCEPÇÃO E INTERCULTURALIEDADE SINO-LUSITANA:
RELATOS PORTUGUESES SOBRE A CHINA NO INICIO DO SÉCULO XVI**

Monografia apresentado à UFT – Universidade Federal do Tocantins – Campus universitário de Porto Nacional, Curso de História foi avaliado para a obtenção do título de graduado, e aprovado em sua forma final pelo Orientador e pela Banca Examinadora.

Data de Aprovação:

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Rodrigo Poreli Moura Bueno (Orientador) - UFT

Prof.^a Dr.^a Angela Teixeira Artur (Examinadora) - UFT

Prof. Dr. Alexandre da Silva Borges (Examinador) - UFT

RESUMO

O período das grandes navegações trouxe consigo uma globalização, pois desde o Novo Mundo, agora percebido, até o extremo oriente, haverá, a partir de então, contatos que não cessará. A expansão marítima europeia, com Portugal como pioneiro, uniu as duas extremidades do globo, as Américas e a Ásia com a Europa como intermediária. E é na entrada e contato europeu na Ásia, mais principalmente na China, que ocorre após a conquista de Malaca, que será analisado. Qual seria a visão portuguesa nesse exótico e misterioso território? Como foi a percepção da diferenciação cultural? E principalmente, como se deu o choque entre essas duas culturas tão diferentes? São essas perguntas que pautaram a análise dessa obra, que utilizou das seguintes fontes primárias, a *Suma Oriental* de Tomé Pires (1516?), as *Cartas dos Cativos de Cantão* de Cristóvão Vieira e Vasco Calvo (1534 – 1536), e, por fim, *Algumas Cousas Sabidas da China* de Galiote Pereira (1560? -55). Escritos que trouxeram as primeiras informações a respeito da China, no primeiro período de contato, que se dá no início do Século XVI, quando em Goa, os portugueses se deparam com o nome de um poderoso reinado, os Chins, com o qual os portugueses em suas compilações de conhecimentos a respeito desses mares da Ásia, nunca ouvira, e, portanto, buscou-se conhecer, até o período na qual a China, para fugir dos mercados ilegais e seguindo o apelo do povo, cedeu o território de Macau à potência Portuguesa. Essa obra, portanto, analisa esse período, e busca compreender como se deu esse contato, como foi essa interação entre duas culturas, e observa como essa diferença cultural ocasionou o fracasso da embaixada de Pires. O principal termo de estudo é o Choque cultural, principal teoria que ajudará na análise das obras, o termo se refere a fases que um indivíduo sofre ao entrar em uma cultura diferente da sua. Além de perceber que a visão portuguesa foi pautada em um sistema comparativo etnocêntrico, com relatos portugueses da época que frequentemente retratavam os chineses como exóticos e, por vezes, inferiores, evidenciando um olhar etnocêntrico. Ao mesmo tempo, os chineses viam os portugueses como bárbaros e imprevisíveis, muitas vezes associando-os a piratas e mercenários. Em suma, o estudo evidencia como os primeiros contatos entre Portugal e a China foram moldados por uma mistura de curiosidade, interesse comercial e dificuldades de adaptação. As tentativas de estabelecer relações estáveis enfrentaram desafios estruturais e culturais, mostrando os limites da globalização inicial e os equívocos do olhar europeu sobre o Oriente. O objetivo da obra, portanto, é analisar nas fontes primárias, como se deu as interações culturais entre portugueses e europeus, por meio do choque cultural, e como elas influenciaram a suas visões. Para isso, utilizou-se teoricamente, de Oberg, Adler, para o choque cultural. Milton Bennet, para os estudos interculturais. E Todorov, para observar como os portugueses classificavam e julgavam a cultura chinesa.

Palavras-chave: Grandes Navegações. Contato Sino-lusitano. Ásia. Choque-Cultural.

ABSTRACT

The period of the great navigations brought about a form of globalization, as from the newly perceived New World to the Far East, there would be continuous on contact. European maritime expansion, with Portugal as its pioneer, connected the two extremities of the globe—the Americas and Asia—with Europe serving as the intermediary. This study focuses on the European entry into and contact with Asia, particularly China, following the conquest of Malacca. What was the Portuguese perspective on this exotic and mysterious land? How did they perceive cultural differences? And, most importantly, how did the clash between these two vastly different cultures unfold? These questions guided the analysis of this work, which draws from the following primary sources: *Suma Oriental* by Tomé Pires (1516?), *As Cartas dos Cativos de Cantão* by Cristóvão Vieira and Vasco Calvo (1534–1536), and *Algumas cousas sabidas sobre a China* by Galiote Pereira (1560?–1555). These writings provided the first recorded information about China during the initial period of contact in the early 16th century, when the Portuguese, based in Goa, first encountered the name of a powerful kingdom—the *Chins*. Despite their extensive compilations of knowledge about the Asian seas, the Portuguese had never heard of this realm before and thus sought to learn more about it. This period of discovery continued until China, in an effort to escape illegal markets and respond to public demands, granted Macau to the Portuguese. This work, therefore, examines this period and aims to understand how this contact unfolded, how the interaction between these two cultures developed, and how cultural differences contributed to the failure of Pires' embassy. The key concept in this study is *cultural shock*, the primary theory used to analyze these works. The term refers to the phases an individual experiences when entering a culture different from their own. Furthermore, the study observes that the Portuguese perspective was framed by a comparative and ethnocentric system, with contemporary Portuguese accounts frequently portraying the Chinese as exotic and, at times, inferior—revealing an ethnocentric viewpoint. Meanwhile, the Chinese perceived the Portuguese as barbarians and unpredictable, often associating them with pirates and mercenaries. In summary, this study highlights how the early encounters between Portugal and China were shaped by a mixture of curiosity, commercial interest, and difficulties in adaptation. Attempts to establish stable relations faced structural and cultural challenges, demonstrating the limits of early globalization and the misconceptions of the European gaze upon the East. The objective of this work, therefore, is to analyze, through primary sources, how cultural interactions between the Portuguese and the Chinese took place, using cultural shock as a framework to understand how these interactions influenced their perceptions of one another. The study is theoretically grounded in Oberg and Adler for cultural shock, Milton Bennett for intercultural studies, and Tzvetan Todorov for examining how the Portuguese classified and judged Chinese culture.

Keywords: Great Navigations. Sino-Lusitanian contact. Asia. Cultural Clashes.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	8
2	TEORIA E METODO	14
2.1	Cultura.....	14
2.2	Choque Cultural	15
2.3	Dimensões culturais	18
2.4	Etnocentrismo e relativismo cultural.....	19
2.5	Alteridade Cultural	20
2.6	Relatos de Viagens	21
3	ANTECEDENTES DOS PAÍSES	23
3.1	Caso Português:	23
3.2	Caso Chinês	31
4	ANALISE DAS OBRAS	39
4.1	Suma Oriental de Tomé Pires.....	41
4.2	Cartas dos Cativos De Cantão de Cristóvão Vieira e Vasco Calvo.....	49
4.3	Algumas Cousas Sabidas da China de Galiote Pereira	61
5	CONCLUSÃO	72
	REFERENCIA	75

1 INTRODUÇÃO

O período das Grandes Navegações Europeias trouxe consigo uma globalização, pois desde o Novo Mundo, agora percebido, até o extremo oriente haverá um contato que não cessará. A expansão marítima portuguesa ligara quatro continentes (o novo mundo, África, Ásia e Europa) em uma rede comercial em que o principal ponto de ligação era Portugal. Essa globalização¹ marca em especial a “união” dos dois extremos do globo, o novo mundo com sua extrema diferença de “civilização” em comparação ao conceito europeu e a China que, segundo escreve Gaspar Cruz em seu tratado, um exemplo de civilização podendo até, em alguns aspectos, ser mais avançada que a própria Europa. E é, portanto, esses aspectos que colocaram uma importância maior nos escritos e atividades portuguesas. No entanto, para uma compreensão maior da importância dada a China por Portugal é necessário compreender a contextualização que levou ao seu contato.

O extremo oriente sempre foi motivo de cobiça a Portugal, não necessariamente o território, mas sua potencialidade econômica. Antes dessas expedições, por meio da rota da seda, objetos e especiarias provenientes desse oriente desconhecido chegavam a Europa. Então as informações obtidas sobre esse oriente, antes mesmo de partiram, era de um local propício ao comércio e ao enriquecimento. O objetivo das viagens localizava nas Ilhas das Especiarias (Ilhas Molucas) e nas Ilhas Banda, buscando o controle do comércio das especiarias.

Não somente Portugal possuía o interesse nesse controle das especiarias, mas, Castela também o tinha por objetivo, é, portanto, em 1494 assinado o Tratado de Tordesilhas que repartia o mundo em duas partes entre Espanha e Portugal. Apesar de assinado o tratado, “A linha de demarcação (...) que percorria a outra fase do globo (Ásia), o antemeridiano, era tão imprecisa quanto virtual” (Gruzinski, 2015, p.58). Não se sabia a quem pertencia o controle das ilhas, portanto houve uma disputa pelo controle. Por volta do início de 1500, a região torna-se sob o controle Português que a partir daí, espalhará sua influência pelo extremo oriente.

Antes de iniciar mais precisamente a chegada portuguesa no oceano indico, é conveniente olhar mais detalhadamente para o que chamam de “salto para o desconhecido”, na qual se refere a ideia que as navegações do descobrimento português foi uma navegação ao

¹ Utilizando o sentido dado por Gruzinski: “É no século XVI que a história humana se inscreve num cenário que se identifica com o globo” (Gruzinski, 2015). Postulado dessa forma em seu texto o sentido de uma globalização mais adiada, dado pelo entendimento da “união” do globo realizada pelos Europeus.

desconhecido. O que se sabia da Ásia ou dos Mares da Ásia a posterior às navegações? A obra de Marco Polo e suas interpretações merecem um grande destaque nas informações que se havia. O conhecimento sobre a Ásia era em grande parte interpretações da obra de Polo, em principal os escritos de Toscanalli que enviou cartas ao rei de Portugal traçando um plano de atingir as índias pelo atlântico e o mapa realizado por Frei Mauro ao Rei Afonso V de Portugal. No entanto, a compreensão que Portugal possuía eram muito mais precisas que as interpretações de Polo, que se provaram desatualizadas e muitas vezes incorretas.

Utilizavam-se de todas as informações que possuíam, particularmente das provenientes de mercadores, buscando uma compilação do saber que proviam sobre o território e caminhos, “Mestres na arte de acumular, mais ainda na de recuperar os saberes, os Portugueses jamais penetram águas desconhecidas” (Gruzinski, 2015, p.64). Portanto, antes de partirem para as suas navegações já possuíam um conhecimento, não vasto, mas o suficiente para colocar-se a frente de Castela. Ao longo de toda sua navegação, em principal a posterior do Cabo da Boa Esperança, depararam-se com o nome e vestígio dos “Chins” oportunidades para preencherem a lacuna do conhecimento sobre esse país.

Logo em suas primeiras viagens, se depararam com o nome dos Chins, não citado por Marco Polo, será a posterior que ligara China com Cataio. Gaspar Correia, por exemplo, em seus escritos, coloca que, ao chegaram em Calicute na Índia instalam uma feitoria na “Chinacota” uma antiga fortaleza dos “chins”. (Loureiro, 1985, p. 1). No entanto, o principal local de compilação de informações sobre a China, a posterior da presença no litoral Chinês, foi Malaca atingida em 1505, uma importante cidade portuária do mar asiático, é nela que se encontram pela primeira vez europeus e chineses. Interessante destacar, a preocupação do Rei Manuel II de Portugal, na busca de informações sobre os chins. Em 1508, poucos anos após a chegada portuguesa na Ásia, o rei já demanda uma coleta de informações sobre esse povo, ficando a cargo de Diogo Lopes de Sequeira. E em apenas 1 ano, em 1509, os portugueses se encontraram pela primeira vez com os Chineses em Malaca, contato esse amistoso que proporcionou os conhecimentos iniciais sobre a China.

Após o conhecimento do território Chinês e a possibilidade de um prospero comercio, é decido em 1511 a conquista de Malaca realizada por Afonso de Albuquerque, para que possuísem uma base na Ásia permitindo o avanço das navegações e o controle do comércio asiático. Somado com o desentendimento com o sultão de Malaca que havia prendido portugueses e recusado a liberação quando Albuquerque requereu. Vale destacar, nesses anos iniciais da presença portuguesa na Ásia, um escrito sobre o território e os seus povos, a Suma

Oriental de Tomé Pires, que anos antes de pisar verdadeiramente na China como embaixador (Pires vai a China apenas em 1517 e a *Suma* é publicada em 1515) escreve sobre o povo chinês, pautando-se dos chineses de Malaca, dos relatos orais sobre o território e dos produtos comercializados em Malaca. Colocou-se, portanto, Pires com o primeiro e principal escritor das primeiras décadas da presença na Ásia. Destaca-se, nesse sentido, a rapidez da coleta de informações por parte dos portugueses, em poucos anos de contato com a Ásia, já se escreve um importante livro sobre os povos e seus territórios, e é com essa mesma rapidez que buscaram em 1513, após a conquista de Malaca que facilita a navegação no mar asiático, o litoral chinês.

O período do estudo foi o primeiro momento do contato português na China, que vai de 1500 até 1557. Caracterizado pela entrada portuguesa nos mares da Ásia; o fracasso da embaixada de Pires; seguido pelo contato por comércio ilegal, nas ilhas próximas da China; ou seja, por um período inicial de conflito e desentendimento político até 1557, onde, por diversos fatores ainda obscuros, acredita-se que provavelmente seria o interesse do povo chinês nos mercados portugueses, foi cedido a Portugal o entreposto de Macau, marcando dessa forma, o segundo momento do contato, onde será permitido portugueses em terra, no entanto, marcado por rigoroso controle, e muitas vezes esse contato por terra se delimitava somente em Macau.

A Obra de Pires, terá valor fundamental para a pesquisa, sendo uns dos, se não o primeiro relato português dos 1500 sobre o Império do Meio, sem que, ao menos, tenha pisado no local. É certo que o conhecimento que Pires trará com a sua *Suma Oriental* terá enorme peso, por ser uma das primeiras visões da própria China, não o Cataio de Marco Polo, mas sim, o país dos “Chins”. Além de Pires, para compreendermos melhor as diferentes visões, as “cartas dos cativos de catão” tem um grande espaço. Com o fracasso da Embaixada de Pires, e a prisão de Cristóvão Viera e Vasco Calvo, talvez por volta de 1524, relatam uma China diferente da que será retratada por Galiote Pereira.

Observaremos, portanto, três fontes principais para a compreensão da visão portuguesa, a primeira a *Suma Oriental* de Tomé Pires (1516), como um foco político e econômico; a segunda as *Cartas dos Cativos de Cantão* de Vasco Calvo e Cristóvão Vieira (1524), com uma visão mais pessimista sobre a China por conta das coisas que ocorreram com seus escritos no local, com um foco político, jurídico e um dos primeiros relatos a respeito da China escrito em primeira mão; e, por fim, *Algumas cousas sabidas da China* de Galiote Pereira (1561?²) outro

² A obra de Galiote que se há acesso é a Modernização de Rui Manuel Loureiro em 1989, não se sabe ao certo quando a obra foi escrita, possivelmente por volta de 1550. Loureiro (1989) coloca que os Jesuítas enviaram uma

cativo da China, mas que vê um outros aspecto do país e de seu sistema jurídico, com um foco comparativo da Ásia com a Europa, destacando em principal os aspectos positivos do novo país, sendo um dos primeiros portugueses do período a ver a China além de seu litoral, tendo sua obra um enorme valor informativo, sendo ela muito divulgada por meios diretos e indiretos com o uso dela para inspirar outras obras, como o Tratado de Frei Gaspar e as Viagens de Fernão de Mendes pinto. Cada uma dessas obras apresenta os objetivos portugueses na China, econômico, religioso e “aventureiro”. Serão de importante uso para compreendermos como a China era vista dependendo de cada objetivo e as semelhanças entre eles.

Apenas a contextualização Europeia não é o bastante para compreender como se dará esse contato, esse choque cultural entre Europa e Ásia, é necessário a contextualização dos Mares asiáticos, em principal da China.

Semelhante a Europa a China também passou por um processo de exploração marítima. As fronteiras marítimas fazem tempos que não se limitam mais ao imaginário, ao desconhecido, desde a dinastia Han (206 a.c. – 220 a.c.) os litorais da China são movimentados. A navegação pelos mares permitiu a China uma certa hegemonia na região que possuirá fases de grande e de pequena importância. O litoral chinês, portanto, desde cedo recebeu embarcações, seja de comerciantes ou seja de embaixadas. Não somente, o choque de cultura entre os povos asiáticos, apesar de apresentarem mais semelhanças culturais, não foi pequena, houve um fluxo de outras culturas nas cidades do litoral, em principal a de Fujian, no século IV com a presença dos budistas que espalham sua crença pelo sul da china, depois com os árabes e não somente, a influência do cristianismo também é presente, nesse caso o cristianismo Nestoriano, para citar alguns exemplos. Portanto, o litoral chinês assume aspectos cosmopolitas, ou seja, a china já estava acostumada a um contato com outras culturas. No entanto, não era “passiva” nas relações comerciais, não restringia seu comércio a suas costas, e a exclusivo do comerciante estrangeiro, aproveitou-se para realizar navegações e acordos com os países do sudeste asiático. Dessa forma, “a China que portugueses chegaram já estava habituada a um comercio estrangeiro” (Gruzinski, 2015, p. 50-51).

Essa relação com os outros países do sul da Ásia, era caracterizado pelo “sistema tributário”, em que consistia no pagamento de tributos a China em troca de uma proteção. Houve dois tipos de política em relação a esse sistema ao longo das eras, uma primeira

cópia do Tratado para Roma, “embora seja quase certo que não respeita integralmente o original” E foi esse texto que foi modernizado por Loureiro e analisado nesse trabalho.

intervencionista e outra rigorosamente isolacionista. Ou seja, a China em alguns momentos intervia diretamente nas relações do sul asiático tendo a dinastia Yuan (1279 - 1368) como exemplo desse caso, e outros momentos de completo isolamento, proibindo muitas vezes até o comércio estrangeiro e a presença dos mesmos, como exemplo as décadas finais da Dinastia Ming (1368 - 1644) que os portugueses se depararam.

A Dinastia Ming (1368 - 1644) durante seus primeiros anos caracterizou-se por um período de expedições de Zheng He³ (1405 – 1433), expedições essa que a última chegou até Calicute, mostrando um domínio das navegações dos mares da Ásia pelos chineses. Porém, após sua morte, em 1435, seu navio foi queimado e todos os seus registros destruídos pelos burocratas confucionistas que eram opostos aos confucionistas que apoiavam as viagens. (Dias, 2012). Sobre essas expedições há teorias que pontuam “não uma abertura da china ao exterior, mas sim o reforço de uma política externa de controle rigoroso das fronteiras e contatos externos” (Pinto, 2013, p.9). É certo que alguns pensadores colocam que os avanços dessas expedições pelos mares foram com motivos diplomáticos, o que auxilia a hipótese de Pinto. Seja qualquer que fosse a intenção com essas expedições, foi após esse período que a China dos Ming inicia uma política de rigoroso isolamento político. Apesar de territorialmente recuada, a China não perdeu sua influência por toda a Ásia. As outras culturas e valores para os letrados chineses eram bárbaros, e o contato com esse tipo não lhes agradavam. Por outro lado, mesmo com as tentativas o comércio com o estrangeiro, sejam eles, coreanos, malaaios, ou japoneses, ainda eram presentes no litoral, seja por intermédio dos políticos chineses, sendo a corrupção utilizadas; ou seja, por atividades clandestinas, que fogem do aparato fiscal.

Essa política de isolamento, que consistia em uma proibição do comércio privado e ordenar o regresso de todos os chineses naturais que estivessem fora das fronteiras, chama-se Haijin, que perdurará, com períodos de relaxamento, até por volta de 1685. Citando Wang, Pinto pontua motivos que levaram a essa política, entre eles está, o aumento da pirataria japonesa no Sul, e o desinteresse em mediar os constantes conflitos e turbulências políticas que viviam os demais países do sul.

³ Zheng He Foram realizadas 6 viagens pelos Mares do Sul, comandas por Zhang He. Sendo elas de 1405,1407,1409,1413,1417,142. Essas expedições foram organizadas pelos eunucos que administravam as “relações internacionais”. A frota consistia de navios de diversos tamanhos, desde juncos de nove mastros, até juncos menores de cinco mastro. A tripulação era cerca de 27.000 homens, e a carga incluía sedas finas, bordados e outros itens de luxo para serem presenteados aos governantes locais ao longo das viagens. (Chang, 1998, p.232)

O Haijin apesar de ser uma medida rigorosa apresentava brechas, principalmente para o comércio. As próprias elites chinesas tinham interesse nas mercadorias do sul-sudeste asiático, o que proporcionava o aumento do contrabando. Esse contrabando que os Portugueses sabiam se aproveitar e utilizar durante os anos iniciais de contato com a China. Por fim, as relações da China com a Ásia pelo sistema tributário se quebram com a conquista de Malaca em 1511, em que a China não faz nada para protegê-la.

É com esse isolacionismo que os Europeus se depararão com a China, o que não impedirá diversas tentativas de contato e diversas conquistas nesse aspecto, porém, o comércio com a China durante as primeiras décadas será marcado de contrabando, não impedindo um comércio legal, mas o contrabando prevalecia.

2 TEORIA E METODO

O capítulo atual aborda as teorias a qual envolveu a compreensão e a análise das fontes primárias trabalhada, e o entendimento de certos termos que serão utilizados mais à frente para compreender as relações entre os dois países abordados. Também indica a metodologia utilizada nas análises das fontes primárias. O foco do presente trabalho é um estudo e compreensão das fontes primárias, para tal, é necessário compreender que tais fontes não podem apenas ser registradas, mas também, analisadas e compreendidas, para tanto, é importante observar os fatores que influenciaram a sua escrita, e entender o que se passava na cabeça dos autores nesse momento, como dito por Brandão (2007) citando Noronha (1998) “As fontes históricas são apenas evidências que precisam ser recuperadas e analisadas tendo em vista a sua compreensão e não apenas o seu registro” (apud Noronha, 1998, pg.29)

2.1 Cultura

Inicialmente é interessante observar a definição de cultura. O termo cultura passa a ser mais utilizado e a ser um conceito amplo, principalmente com a Nova História do século XX, onde a cultura passa a ser a protagonista dos estudos históricos do período. Os historiadores de períodos passados, propunham uma noção muito restrita, eles focavam mais nas grandezas das obras de arte clássicas e na produção dos objetos culturais, enquanto ignoravam os elementos da vida cotidiana e a cultura popular. A partir da História nova, cultura torna-se um conceito abrangente, pois começa a levar em consideração que “Ao existir, qualquer indivíduo já está automaticamente produzindo cultura, sem que para isto precisa ser um artista, um intelectual, ou um artesão”, como pontua Barros (2003). Os historiadores positivistas, quando colocam essa noção restrita de cultura, e ignoravam a complexidade dessa noção, deixavam a História Cultural uma história elitizada “tanto nos sujeitos como nos objetos estudados”. Foi apenas com essa revolução do termo que a História Cultural passa a trazer uma maior reflexão aos sujeitos e objetos, passa a “se interessar nos mais variados tipos de sujeito e objeto da cultura”.

Dias pontua Laraia (2007) sobre o conceito de cultura, coloca que a primeira descrição formal nos estudos históricos foi de Taylor (1874), na qual define como um “complexo conjunto que englobariam o conhecimento, a crença, a arte, a moral, as leis, os costumes e qualquer

capacidade ou hábito adquirido por um homem enquanto membro de uma sociedade” (Dias, 2012, p.18 apud Taylor, 1874, p.1). Laraia (2001) afirma que essa definição rompeu com as teorias anteriores que se baseavam no determinismo biológico colocando a cultura como “algo realizado, aprendido e compartilhado, dentro dos diversos grupos sociais” (Laraia, 2001, p.10).

O conceito de cultura é complexo e muito abrangente, observando, por exemplo, a tentativa de organizar o conhecimento cultural de Kroeber e Kluckhohn (1952) foram capazes de criar uma lista não exaustiva, contendo 164 diferentes definições de cultura. (Dias, 2012)

Hofsted (1980) define cultura como uma “programação coletiva da mente humana que distingue os membros de um grupo humano dos membros de outro grupo. Cultura nesse sentido, é um sistema de valores realizado coletivamente”. Ainda, para ele, Símbolos, enquanto palavras, gestos, imagens e objetos que frequentemente carregam significados complexos, reconhecidos apenas por aqueles que compartilham os valores de uma cultura. Heróis, enquanto vivos ou falecidos, reais ou imaginários, servem como modelos de comportamento. Rituais ou crenças, entendidas como atividades tecnicamente desnecessárias, mas consideradas culturalmente imprescindíveis. Tais, símbolos, valores, heróis e rituais são compreendidos e possui significado apenas para os membros daquela cultura. Dessa maneira Hofsted (1980) separou a cultura em diferentes níveis de manifestação. Essa divisão seria semelhante a camadas de cebolo, da mais externa: símbolos, heróis, rituais, valores.

Ainda GINZBURG (2006), utiliza o termo cultura para “definir um conjunto de atividades, crenças, códigos de comportamento”.

2.2 Choque Cultural

O termo passa a ser utilizado em 1951 por Cora Dubois, inicialmente era colocado para descrever o desconforto e a desorientação sentida por antropologistas ao cruzar as fronteiras de sua própria cultura. (Oberg, 1954 apud Paige, 1993). Em 1954 Oberg utilizou e expandiu o termo, “Torna-se aplicável a qualquer pessoa que viaje para uma localidade onde tenha que conviver com uma cultura diferente da sua.”⁴ (Oberg, 1954, p.1)

⁴ “We might almost call culture shock na occupational disease of people who have been suddenly transplanted abroad” (Oberg, 1954, p.1)

Oberg, define choque cultural como “uma doença ocupacional de pessoas que de repente foram transportadas para o exterior” essa doença “seria causada pela ansiedade decorrente da perda de significado de todos os sinais e símbolos conhecidos nas relações sociais”⁵ (Oberg, 1954, p.1). Ou seja, sentimentos e ações que o indivíduo sofre e pratica ao entrar em um novo ambiente, onde começa a perceber as diferenças em comunicação e de agir da nova cultura. Esses sinais “podem ser palavras, gestos, expressões faciais, costumes ou normas de nossa cultura”, compreende-se então se tratar do modo de agir e valores de um ambiente cultural.

Oberg organiza o primeiro modelo de fases do Choque Cultural. Apresenta quatro estágios.

- Primeiro Contato: “Durante as primeiras semanas a maioria das pessoas ficam fascinadas pelo novo”
- Hostilidade: Estágio de Rejeição, o indivíduo passa a rejeitar o ambiente que lhe causa desconforto. Também nessa fase há a regressão. Onde o ambiente da pátria de origem é glorificado, a partir de um esquecimento dos problemas lá existente.
- Caminho da recuperação: Ainda tem dificuldades, mas começa a compreender esse novo ambiente cultural, ganha uma melhor compreensão da língua e dos costumes. Não há mais agressividade para com a nova cultura.
- Aceitação/Adaptação: O indivíduo aceita os costumes do país, como sendo outra maneira de viver. Não há mais um sentimento de ansiedade quando realizando atividades nesse novo país, apesar de ainda haver momentos de tensão. Compreende o que lhe está sendo dito, mas o significado por trás do dito não tanto. Em um ajuste completo, passa não apenas a aceitar alimentos, bebidas, hábitos e costumes do local, mas também realmente aprecia-los, podendo até sentir saudades dessa nova cultura.

Irwin (2007) coloca esse modelo como convincente, mas pontua alguns fatores que discorda e prefere abordar de outra maneira. O primeiro, é o fato do choque não ser “uma doença aguda”, não ocorre, como deixa entender pelo termo choque, de maneira rápida, mas sim, é um processo, que “podem ocorrer de um longo período de tempo”. Irwin (2007) ao analisar como sofreu o choque cultural nas suas primeiras viagens fora do ocidente entendeu que o choque

⁵ “Culture shock is precipitated by the anxiety that results from losing all our familiar signs and symbols of social intercourse.” (Oberg, 1945, p.1)

cultural, não se dá de maneira linear para todas as pessoas. Por exemplo, um indivíduo pode ter vários estágios de uma só vez ou pode reverter a uma fase anterior durante um período de crise. Além disso, coloca que cada pessoa reage de maneira diferente aos estímulos que recebe e que, por isso, alguns poderão não avançar para a fase final.

Adler (1975) coloca um outro modelo de fases do Choque Cultural. Para ela, há cinco fases.

- Contato: Excitação e euforia durante a qual o indivíduo vê o novo ambiente de maneira etnocêntrica. Dá mais ênfase nas semelhanças culturais e pouco percebe as diferenças culturais existentes.
- Desintegração: Tensão, confusão, alienação, depressão e saudade. As diferenças culturais tornam-se cada vez mais visíveis.
- Reintegração: Forte rejeição da segunda cultura, onde o indivíduo projeta todas as suas dificuldades pessoais e passa a limitar seus relacionamentos. Nessa fase o indivíduo precisa escolher entre regredir a fases anteriores ou passar a aceitar a situação atual.
- Autonomia. Aumenta sensibilidade para com as características dos habitantes de seu novo ambiente, crescendo sua habilidade e compreensão da nova cultura.
- Independência: Cultivo de diferenças culturais e uso do relativismo cultural. Aumenta o autoconhecimento e a consciência cultural. Capacita o indivíduo a passar melhor por novas transições e a descobrir outras maneiras de explorar a diversidade humana.

No entanto é preciso compreender que os acontecimentos dentro dessa nova cultura podem influenciar em uma permanência em uma certa fase, ou o pulo de uma para outra. Por exemplo, os Cativos de Cantão, que quando escrevem, estão dentro do cativeiro, já vivenciado um tempo nessa nova cultura, e portanto, provavelmente, tendo passado pela primeira fase desse choque, que, no entanto, não é relatado, já que ao escrever, preso, já vivenciou um empecilho da nova cultura, e já está na segunda e terceira fase, portanto, mesmo que tenha passado pela primeira fase, de uma excitação dessa nova cultura, escreverá esse período em seu relato, de maneira pessimista, na influência da segunda e terceira fase.

2.3 Dimensões culturais

Geert Hofsted (1980) coloca que, ao duas culturas interagirem ou um pertencente de uma outra cultura entra em um ambiente cultural de outra, ocorre inicialmente, uma aversão e estresse devido a forma diferente de agir dessa outra cultura, que difere do dito “normal” pela outro. O motivo dessa aversão, que pode ser vista claramente na carta dos cativos de cantão, apesar da especialidade de estarem preso, o que pode ter agravado ainda mais o sentimento, é explicado, observando Hofsted, pela Teoria das Dimensões Culturais. Essa Teoria apresenta seis Dimensões culturais: Distância do Poder, Individualismo versus Coletivismo, Aversão à incerteza, Masculinidade versus Feminilidade, Orientação em Longo Prazo e Complacência versus Repressão. A respeito da pesquisa optei por focar nas dimensões: Individualismo versus Coletivismo, Distância de Poder e Evitação da Incerteza; que são perceptíveis ao observar as diferenças entre Portugal e China e a qual encontraram quando chegaram no Império Chinês.

Individualismo versus Coletivismo, essa dimensão trata da importância dada na sociedade de determinada cultura nos interesses individuais ou coletivos. Aqui há a diferenciação de uma cultura em que o foco está no individual, onde valoriza a autonomia e os interesses pessoais, onde o personalismo ganha espaço, há somente a preocupação do indivíduo com ele mesmo e com os familiares mais próximos. Acredito nessa situação podemos colocar Portugal como a individualista, em contraste com o Coletivismo Chinês, pois os chineses vivam em grandes cidades, pautadas no coletivismo, na união dos indivíduos, onde trabalhavam em plantios que abastecia a cidade toda, não havendo muito foco nas riquezas privadas (pelo menos nos menos abastados), tanto que os comerciantes eram malvistas, pois buscavam ganhos próprios. Enquanto Portugal, pautava no individualismo, nas riquezas próprias, sem uma grande união do povo. O Coletivismo coloca a importância na interdependência e na coesão grupal, na qual há obrigações impostas pelo grupo aos indivíduos, e é comum uma grande família viverem coletivamente.

Distância de Poder, essa dimensão consiste na aceitação da discrepância de poder de uma cultura, em culturas de alta distância de poder, a hierarquia é mais pronunciada, enquanto em culturas de baixa distância de poder, a igualdade e a participação são valorizadas. Nesse ponto acredito que ambas apresentam um certo grau da alta distância de poder, no entanto com o caso Chinês mais prevalente, as próprias cartas dos cativos indica essa discrepância, quando relata os abusos que os mandarins realizam, claro de maneira crítica e talvez caluniadora, mas indica a percepção desses cativos das relações de poder e da força política dos mandarins, que

será retratado mais tarde por Frei Gaspar quando relata que nenhum chinês se faria cristão sem a autorização dos mandarins.

Evitação da Incerteza, esta dimensão aborda como as culturas lidam com a incerteza e o risco. Culturas com alta evitação da incerteza tendem a ter regras rígidas, evitar situações incertas e preferir a segurança, enquanto culturas com baixa evitação são mais tolerantes à ambiguidade, esse ponto é claramente visível quando se observa a política de isolamento da China que tinha por fim acabar com essa incerteza, além da existência de grande planejamentos e regras rígidas, que não permitia nem a entrada de estrangeiro no país sem que passasse por fiscalização pesada.

2.4 Etnocentrismo e relativismo cultural

Outro teórico da interculturalidade que vale destacar para o trabalho, é Milton Bennett (2004) com o Modelo de Desenvolvimento de Sensibilidade Intercultural, com as etapas etnocêntricas (Negação, Defesa, Minimização) e Etnorelativas (Aceitação, Adaptação e Integração). Na etapa etnocêntrica o indivíduo vê sua cultura como superior e que não há outras culturas, ou uma grande diferença no modo de vida. As fases etnocêntricas são a negação, na qual o indivíduo nega a diferença cultural, acredita que todo mundo vive conforme a sua cultura. A segunda fase, Defesa, nessa fase a compreensão da diferença cultural, mas coloca a sua cultura como melhor, como superior, há também nessa fase, na qual vê a outra cultura como superior, e defende a diferença cultural da outra. E por fim nessa etapa a minimização, acredita que a diferença cultural é algo trivial, minimiza a importância da cultura no modo de vida humano. Onde há a valorização das semelhanças culturais e banalização das diferenças. Na etapa etnorelativa, há uma maior importância nas diferenças culturais, que não é mais vista como “ameaça”. As fases etnorelativas são, a aceitação, onde há um reconhecimento das diferenças entre as culturas e tendem a aceitar e respeitar estas diferenças. A adaptação, nesse já há uma compreensão maior das diferenças e conseguem lidar com elas. E, por fim, a integração, que é relacionada com a identidade do indivíduo, as diferenças agora fazem parte de sua cultura, há um pertencimento dessa nova cultura.

O Etnocentrismo está intimamente ligado ao estudo do homem e sua cultura. O etnocentrismo trata-se de uma visão que toma a cultura do outro como algo menor, sem valor

ou mesmo errado. Ou seja, desconsidera a lógica de funcionamento de outra cultura, litando-se a julgá-la pelo referencial que possui.

O relativismo cultural é o termo que se opõe ao Etnocentrismo, segundo Bennet (2004, p.1) “são maneiras de alcançar a diferença cultural, quer seja aceitando sua importância, ajustando a perspectiva para considerá-la ou integrando esse conceito na definição de uma identidade.” Considera todas as culturas como válidas e dignas de respeito, permitindo a compreensão das diferenças culturais sem julgar a partir de um padrão cultural próprio. As pessoas que adotam essa visão tendem a valorizar a diversidade cultural e a entender que cada cultura possui seu próprio contexto e lógica interna.

2.5 Alteridade Cultural

Analisando a investida castelhana na América, Todorov (1999), analisa dois casos, o de Cortez e de Las Casas. Observa a diferença de como tratavam os povos nativos e percebe, portanto, que “a relação com o outro não se dá numa única dimensão”.

Segundo Todorov (1999), há três eixos que perpassam a relação com o outro. Essas quais que podem ser situadas a problemática da alteridade. Primeiro, “Julgamento de valor”: “O outro é bom ou mau, gosto dele ou não gosto dele, me é igual ou me é inferior”. Em segundo, “a ação de aproximação ou de distanciamento em relação ao outro”: adoto os valores do outro, identifico-me a ele, ou então assimilo o outro impondo-lhe minha própria imagem; entre a submissão ao outro e a submissão do outro” Nesse ponto há ainda um terceiro termo que é a neutralidade ou indiferença. Em terceiro lugar, “conheço ou ignoro a identidade do outro”

Existe relação e afinidade entre os 3 eixos, mas não há nenhuma implicação rigorosa, não se pode reduzi-los um ao outro, nem prever um a partir do outro. Ele cita o exemplo de La Casas, que conhece o índio menos que Cortez (3 eixos), mas os gosta mais (1 eixo), e os dois apresentam uma política de assimilação. “O conhecimento não implica o amor, nem o inverso, e nenhum implica ou é implicado pela identificação do outro. Conquistar, amar e conhecer são completamente autônomos. Cada eixo apresenta grande diversidade de como se pode ser praticada.

Interessante observar como La Casas defende os índios da América, colocando que, os atos que os Castelhanos consideravam como atos bárbaros, e criminosos, para os indígenas e

pelas leis deles, eles eram bons, apenas cumprindo a lei e sua devoção a um Deus, que segundo La Casas, O Deus deles apesar de não ser verdadeiro, é verdadeiro para eles. Em algo que Todorov chama de perspectivismo. Se vendo na necessidade de defender os indígenas e suas práticas, Todorov coloca que La Casas modifica o seu amor, “um amor não mais assimilacionista, mas, de certo modo, distributivo: cada um tem seus próprios valores: A comparação só pode ser feita no nível das relações – entre o ser e seu deus – e não no nível das substâncias”. Para La Casas “não se trata de um valor absoluto: cada um tem o direito de se aproximar de deus pelo caminho que lhe convier”. Tal lógica de pensamento não aparece nas primeiras décadas de relações entre os Portugueses e Chineses, apresentando um grande desconhecimento do outro, em ambas as partes.

2.6 Relatos de Viagens

As fontes analisadas entram na categoria de relatos de viagens, ou seja, cartas ou obras na qual o autor está escrevendo sobre um local onde visitou. Cezar (2010) coloca que “O relato de viagem é um gênero literário sem lei” (pg.28), segundo ele, esses relatos se manifestavam com uma “certa liberdade formal e de uma plasticidade” (pg.28). Ou seja, existe inúmeros tipos de obras que podem se encaixar com esse gênero, desde diários, autobiografias, ensaios etnográficos, obras epistolares, cartas, uma variedade de tipos de obras. Como pontuam Minuzzi e Tomazi (2016) “Os relatos de viagem são muito diversos, pois possuem uma grande liberdade de estilo de escrita, onde a vontade do viajante predomina e não existe formalidade para serem seguidas” (pg.344). Portanto, dependendo dos escritores e de seu objetivo pode-se seguir diferentes métodos ou teorias para pautar a sua escrita, por exemplo, se é um naturalista enfatiza o ambiente, a fauna e a flora, se é um etnógrafo enfatiza as populações e seus modos de vida.

Saindo da multiplicidade dos relatos, outro ponto é interessante destacar, como escreve Cezar (2010), o conteúdo dessas obras, ou seja, como foi transcrito o que os viajantes viram, ainda enfatiza que nessas obras “haver uma intenção de verdade” (pg.29). Compreende-se, portanto, que o indivíduo que escreve a obra busca descrever o que experimentou e o que viu. No entanto, deve-se lembrar que tais visões estão sempre pautadas de interesses próprios, mesmo que de maneira indireta interferindo na veracidade.

Citando Chateaubriand (1861), Cezar (2010), afirma “As viagens são uma das fontes da história” (apud Chateaubriand, 1861, pg.5). Se recuarmos para a antiguidade, principalmente para a época do “pai da História” Heródoto, perceberemos que boa parte de seus escritos, considerados como História, são relatos de uma viagem, onde o autor percorre as regiões e questiona o povo sobre o seu passado. Sobre isso Cezar (2010) traz a questão de Hertog (1991) “Os viajantes e outros agrimensores não tenderão a ver o mundo através dos óculos de Heródoto? As *Histórias* não se tornarão esse espelho em que eles verão o mundo, crendo descrevê-lo? ” (apud Hertog, 1991, pg.359). De fato, os antigos historiadores viajantes eram quem trazia para o imaginário do povo sobre os territórios desconhecidos, e quando alguém aventureiro resolvia testar a sua sorte eram esses viajantes historiadores que levavam em seus bolsos, nesse sentido Cezar (2010) cita dois exemplos, Nearco no séc. IV a.c. que navegou Alexandre, o Grande à Índia que levava consigo as *Histórias* de Heródoto, e, o que traz mais destaque para essa obra, Cristóvão Colombo que levou os relatos de Marco Polo. Entende-se, portanto, que os viajantes levam consigo um imaginário sobre esse novo local, que ajuda e influencia a sua escrita sobre ele, dessa forma, os relatos de Polo influenciaram os relatos dos primeiros portugueses, e esses, pelos seus relatos, influenciaram uma outra onda de viajantes sobre a China.

Não somente esses fatores, mas também, as influencias do ambiente e das situações vivenciadas influenciaram em grande parte esses relatos. Por isso, compreender o que se passava no momento desses escritos e das experiências dos autores nesse novo ambiente, auxilia a observar as influencias próprias em seus relatos, podem distinguir a sua opinião sobre a China.

3 ANTECEDENTES DOS PAÍSES

Esse capítulo buscou abordar os contextos nos quais os países envolvidos se apresentavam no momento do contato. Observando como tais ocorridos moldaram a visão e a forma como se tratou o “outro”.

3.1 Caso Português:

Plumb na introdução da obra de Boxer (1969), “O Império Marítimo Português”, afirma que Império Português foi um dos maiores enigmas da História. Iniciando-se por volta de 1480 quando os portugueses já atingiam o extremo sul da costa africana ao mesmo tempo que iam ao Atlântico para colonizar Açores. Plumb admira o sucesso dessas investidas navais dos portugueses, exaltando que “A Índia e a América pareciam destinadas a pertencer-lhes” (Plumb, 1969, pg.17). Já em meados do século XVI “Os portugueses dominavam uma porção do mundo e do comércio superior a qualquer outro país” (Ibid, pg.17). De fato, a iniciativa portuguesa e seu conhecimento marítimo permitiu-lhes um avanço aos mares superior a qualquer outro competidor Europeu, mesmo a Espanha que estava logo atrás em suas investidas, não conseguiu o sucesso português nesse século. E continuará em seus sucesso e domínio durante esse século inteiro, consolidando-se na Ásia, principalmente no Japão, além e investidas comerciais na China e dominação militar em algumas áreas do Sudeste Asiático como Malaca.

Os portugueses nesse período possuíam o controle do comércio oriental com a Europa, o comércio das especiarias com o controle das Molucas estava em suas mãos, e firmemente estabelecidos no Japão e na China possuíam também o controle de sedas e porcelanas. “O sonho que obcecara os homens no tempo do príncipe Henrique, o Navegador, tinha-se tornado uma realidade” (Ibid, pg.17).

No entanto esse domínio durou até meados do século XVII, quando o poderio português começou a perder espaço para os Holandeses e Ingleses. E “inundaram a Europa com especiarias, e o Império Português desmoronou-se”. De maneira poética, Plumb, diz sobre esse final do Império que “como um meteoro havia subido, como um meteoro caiu também” (pg.17). Claro, o fim da hegemonia e do poder do Império Português não necessariamente quer dizer o

fim de suas colônias na Ásia, até, pelo menos, 1999⁶, Portugal ainda detinha a região de Macau na China em sua posse. Mas o antigo enriquecimento e grandeza do Império afundou-se.

O Império Português coloca algumas questões ao historiador, Plumb pontua algumas delas “Por que razão esta nação pequena, bastante pobre e culturalmente atrasada, situada na costa sudoeste da Europa foi tão dramaticamente bem-sucedida nesse grande século de empreendimento que começou por volta de 1440?” (pg.18). Portugal nessa questão possuíam algumas vantagens naturais, durante boa parte de sua existência viveu virada ao mar, como os fenícios na antiguidade. Portanto, tinha um conhecimento e interesse em investimentos marítimos. Além de, “desde remotos tempos, o comércio e o lucro foram marítimos” (Ibid, pg.18). E com o mediterrâneo dominado pelos venezianos, genoveses, árabes e catalães, os portugueses foram obrigados a se virarem para o Atlântico. Ainda mais com a queda do domínio árabe na África, por conta das lutas travadas com os espanhóis. Isso permitiu um caminho, por meio das costas árabes, para os portugueses.

Todo esse avanço e força de expansão do Império, se deu por dois ou três principais fatores. O primeiro era a busca de lucro, as possibilidades de enriquecimento com o comércio de especiarias e produtos asiáticos (que já estavam no conhecimento dos portugueses, chegando por meio dos Africanos muçulmanos, provavelmente por meio do golfo pérsico), era um grande fator que estimulava essa investida. O segundo, a religião, ainda mais que o primeiro, que segundo Plumb para o “Infante D. Henrique, a religião era mais importante do que o comércio” (pg.19), apesar de ainda buscar lucros e o comércio. Ambos, o comércio e a propagação da religião “nunca estiveram em conflito”. E o terceiro, e colocado com menos importâncias, mas que para Plumb “não deve ser subestimada” é a curiosidade científica, a busca por conhecimento e pelo novo. Esse terceiro ponto é muito bem visto nos primeiros relatos portugueses sobre a China, a qual detalhadamente escreve sobre cada tópico, desde aparência, arquitetura, língua, até sobre conhecimentos e saberes. Ou seja, a “combinação de cobiça e devoção” é considerada a força motora principal que incentivou os avanços e empreendimentos marítimos na África, Ásia e no Novo Mundo.

Essa existência desses incentivos não foram os únicos fatores que permitiram Portugal esse protagonismo no primeiro século das navegações. Os portugueses, possuíam também uma excepcional técnica de navegação. Principalmente com o astrolábio e os mapas das regiões.

⁶ Depois de 442 Macau voltou ao controle da China, em 1999, após muitos anos de negociações. “Um batalhão de 500 soldados do Exército de Libertação Nacional da China cruzou a fronteira de Macau doze horas após Portugal devolver o território à China”. (BBC, 1999)

Como Gruzinski coloca, sobre o mito do salto para o desconhecido, os portugueses tinham grande conhecimento das águas que navegaram, não tinham medo de perguntar a comerciantes muçulmanos nas costas africanas. Somando com sua arte e domínio na construção de navios, que desde o início sempre foi uma preocupação a Portugal que viverá do mar. Isso possibilitou que construíssem grandes e pesados navios armados com a melhor artilharia. Outro fator que auxiliou em suas navegações foram, segundo Plumb, o fascínio pela observação exata, ou seja, escreverem e desenharam de maneira completamente exata sobre o que encontraram e mapas sobre os caminhos que traçavam. Plumb como Gruzinski nega o mito do salto para o desconhecido “Nada foi deixada ao acaso nos seus descobrimentos”. “Foram deliberados, bem programados e audaciosamente executados: uma alta inteligência técnica foi posta ao serviço de Deus e do lucro” (Ibid, pg.20).

A beleza existente em suas técnicas e seu incentivo pela curiosidade é menos visto em seus contatos reais com os povos com o qual se encontravam. Agiam como piratas, Plumb relata que eles narram, com orgulho e sem vergonha, que “bombardeavam os ricos e prósperos portos da África, da Pérsia e da Índia, incendiando as casas, saqueados os armazéns, massacrando os habitantes” agindo como piratas e extremamente violentos. “Não poupavam nem mulheres nem crianças”. Nesse primeiro momento “roubavam quase tanto como comerciavam” (Plumb, 1969, pg.21). A beleza técnica e curiosidade sobre os povos é simultaneamente colocada com um Eurocentrismo colocando esses povos como inferiores e, portanto, não havia problema trata-los dessa maneira sanguinolenta. Não tinham receio de destruir pequenas cidades ou países para se consolidar na região, ou adquirir lucros. Como o caso de Malaca. Observando tal maneira, não é de surpreender que os chineses, quando ouvem sobre os portugueses (não necessariamente com relatos detalhados sobre outras partes da Ásia, mas ouve sobre a invasão portuguesa de Malaca, eles ainda não diferenciavam ou sabiam da existência dos Europeus, propriamente dito, na região, acreditavam ser piratas da costa asiática) tenham considerado eles como piratas. E os missionários de Deus seguiram esse caminho sangrento logo atrás, construindo igrejas e pregando missas, como coloca Plumb “a rapina era uma cruzada” (Ibid, pg.22).

Os Jesuítas também foram grandes protagonistas nessas investidas ao oriente e ao Novo Mundo. No Brasil é nítido sua importância e efeitos de sua presença, além de consequências. No Japão, conseguiram, por um tempo, grande importância, permitindo uma ligação dos japoneses com os comerciantes portugueses, que será desfeita com a proibição e a expulsão dos jesuítas do Japão por Hideoyoshi, que quebrará o comércio português com o Japão e consequentemente enfraquecerá o comércio com a China, que dependiam largamente do

comércio com os japoneses. Os jesuítas além de buscarem pregarem o cristianismo também foram as grandes fontes de conhecimento sobre os novos povos e cultura do período. O próprio Matteo Ricci escreveu muito sobre a China, e sua adaptabilidade e aceitação na sociedade chinesa se dá pelo seu conhecimento sobre o povo e a cultura chinesa.

A maior contribuição intelectual que os Portugueses, através das suas viagens marítimas, proporcionou à Europa foi o conhecimento geográfico e a exactidão náutica. Os portugueses foram, na realidade, os descobridores dos impérios marítimos europeus. (Plumb, 1969, pg.21)

O período das navegações e o contato europeu, inicialmente e principalmente português, inaugura, segundo Boxer (1969), uma ligação entre os vários continentes antes separados. Citando o cronista espanhol Francisco López de Gábara, na dedicatória da *História Geral das Índias* a Carlos V, de 1552, escreve e admira a descoberta ibérica de um caminho as Índias e ao Oriente como “o maior acontecimento desde a criação do mundo, depois da encarnação e da morte d’Aquele que o criou”. Adam Smith também admira de maneira semelhante esse empreendimento “A descoberta da América e da passagem para as Índias Ocidentais, através do cabo da Boa Esperança, são os dois mais importantes acontecimentos de que há notícia na história da humanidade”. Boxer destaca que tais comentários não estavam longe da realidade, pois essa navegação possibilitou o contato humano que outrora estava disperso e isolado, excetuado a Austrália e Antártida, todos os continentes nesse período possuíam um contato ou rotas para se chegar. Sociedades, mesmo próximas, como na costa Africana, que os Europeus poucas informações tinham, e as poucas que tinham não muito confiáveis, iniciaram o seu contato, e sempre com um interesse dos portugueses de buscarem informações sobre o desconhecido, em principal um caminho para as Índias onde buscavam, inicialmente, ouro e depois o controle das especiarias. Sobre esse novo contato com os povos antigamente isolados, segundo Boxer, os portugueses e espanhóis são os pioneiros nesse contato “Foram os exploradores portugueses e os conquistadores castelhanos da orla ocidental da cristandade que uniram, para melhor e para pior, os ramos separados e distantes da grande família humana” (Boxer, 1969, pg.25). Portanto, Boxer coloca a importância do protagonismo Ibérico nessa fase de navegações e “descobrimientos”.

No entanto, há um certo mito que Boxer faz questão de expor e discutir a respeito do protagonismo português e das causas desse. Entre as causas desse protagonismo colocam muitas vezes a posição geográfica e certas características nacionais. De certo, a posição geográfica facilitava e incentivava um olhar econômico e expansionista voltado ao mar, e é

inegável que foram eles que abriram caminhos para os mares “desconhecidos”. Mas Boxer expõe que “os marinheiros de alto mar eram pouco numerosos em Portugal”. Ou seja, não eram povos totalmente voltados ao mar, mas sim pequenos pescadores costeiros que uma vez ou outra aventuravam-se em ilhas mais distantes ou a costa da África. Utilizando de Orla Ribeiro, Boxer afirma que “as ocupações marítimas, por muito importantes que fossem ou parecessem ser no contexto da economia nacional portuguesa podem apenas ser consideradas como limitadas, fragmentárias e intermitentes” (Boxer, 1969, pg.35). Ou seja, o foco econômico português, ainda no início das navegações, ainda era o campo. E ainda continua que, apesar de alguns momentos o mar realmente ter desenhando um fator importante na economia portuguesa, isso não significou que “os Portugueses fossem mais uma raça de marinheiros aventureiros do que uma raça de camponeses ligados à terra” (Ibid, pg.35). Além do fator marítimo outro facilitador geográfico permitiu esse pioneirismo português, o contato, mesmo que agressivo muitas vezes, com os Mouros, Judeus, Africanos. Isso permitiu um conhecimento matemático, astronômico e de rotas que possibilitou pioneirismo. A compilação de conhecimento sobre as terras desconhecidas por meio de comerciantes judeus e islâmicos, permitindo traçar caminhos e adquirir informações de locais nunca visitado pelos Ibéricos, além de instrumentos de navegação, como o astrolábio, e a bússola (criadas pelos chineses e chegando na Europa junto com as especiarias, ou por meio dos mercadores muçulmanos e judeus).

Entre as características colocadas como nacionais, pode-se destacar que, desde a Revolução de Avis (1383 – 1385)⁷, que coloca uma maior importância na classe média dos mercadores, que, impulsionados pelo lucro, buscam caminhos para o controle das especiarias e do ouro na costa africana. Além, claro, de Portugal ter sido o primeiro país moderno, no absolutismo, e não estar em nenhum conflito na época, sendo também, o primeiro a expulsar os mouros de seu país, e construir uma relativa paz, permitindo que pudessem investir fora de seu Estado.

Quais foram os motivos, então, que colocaram Portugal nesse protagonismo mundial? E quais foram os incentivos? Boxer pondera que ainda é um assunto bem debatido entre os historiadores e não há como saber ao certo, mas pode-se dizer que é uma mistura de vários fatores, dentre eles, econômico, religioso e político. Ainda assim, Boxer, apesar de colocar como uma “simplificação exagerada” pontua quatro grandes fatores que inspiraram esse

⁷ A Revolução de Avis marcou o fim da dinastia Afonsiana para a ascensão dos Avis com D. João. Com o apoio da burguesia e dos setores da nobreza, D. João venceu a Batalha de Aljubarrota (1385), consolidando sua posição como D. João I e garantindo a independência de Portugal de uma ameaça Castelhana.

empreendimento, inicialmente. “1. Um zelo de cruzadas contra os Muçulmanos”, depois da conquista de Ceuta em 1415 ao sul de Portugal, o país consegue montar o seu estado, e reconquistas suas fronteiras contra os Muçulmanos, isso possibilitou, vários fatores. Primeiro, conseguiu uma “pacificação” dentro de seu Estado, ou seja, os Mouros não seriam um problema direto e não estaria em constantes guerra dentro do país. Segundo, a região de Ceuta, foi um importante centro comercial dos Muçulmanos na região, tanto como um porto, como o fim de uma rota transaariana, “um dos portos terminais do comércio de ouro transaariano” (Boxer, 1969). Dessa forma, a o contato do Ouro e de informações sobre outras áreas nessa região, o que incentivou ainda mais as investidas na costa africana. Outro fator, causado pela conquista de Ceuta, foi a possibilidade de ataques a costa africana por meio dessa região. Boxer coloca que Ceuta era “um florescente centro comercial, uma base naval muçulmana e uma testa-de-ponte para uma possível invasão através do estreito de Gibraltar”. E havia, ainda nesse período, um sentimento de Guerra Santa, contra os muçulmanos, desde os da África até os Turcos, isso foi um agravante para um avanço na costa africana, e principalmente em Marrocos onde se encontrava “inimigos da fé” (Ibid, pg.41).

“1. O desejo de se apoderarem do ouro de Guiné”. Com a descoberta de um comércio do ouro em Ceuta, os portugueses começam a sua busca por um controle desse comércio e uma facilitação dele, tirando o intermediário. O ouro nesse período possuía uma enorme importância na Europa, principalmente por conta do mercantilismo, e o poder e a riqueza de um Estado eram medidos pela sua concentração em ouro. Então interessava o domínio e o controle do comércio do ouro na África.

“2. A questão do Preste João”. Esse ponto, fala do interesse Europeu e da cristandade ocidental em encontrar um reino cristão rico, possivelmente, segundo os mitos, localizado na África. Tal reino chegou aos ouvidos da Europa por meio de aventureiros que iam a África e ao Oriente, e relatavam sobre um grande reino cristão na região, e esse seria o reino. Apesar, claro, de possuírem realmente reinos cristãos em algumas regiões da África e no Oriente, não possuíam o poder como os relatos míticos ou até mesmo o catolicismo romano. Sobre esse mito, Boxer diz sobre a “circulação duma carta forjada, extremamente embelezada e muito divulgada, atribuída ao Preste João”, e essa carta aumentava ainda mais a “tardia crença medieval de que este monarca era um poderoso rei-sacerdote cristão”. A Europa, procurava esse reino, além claro, dos motivos de curiosidade e admiração, também para auxiliarem nas cruzadas contra os infiéis.

“3. A procura das especiarias orientais”. Esse é o fator em que mais pode-se destacar sobre a motivação portuguesa em suas investidas na Ásia. Pois os demais podem ter sido a motivação que levaram os portugueses em seus avanços iniciais, na África, mas depois de passarem o Cabo da Boa Esperança, muda ou adiciona em seus objetivos a busca do controle no comércio das especiarias, e uma relação ou dominação na Ásia.

A medida em que avançavam na costa africana, e enriqueciam com o comércio do ouro e de escravos, seja esse comércio, inicialmente, de forma agressiva, atacando os povos que vivam na região e saqueando cidades, caravanas e mercadores como vão fazer na Ásia, e depois um contato mais pacífico que além de mais barato era mais viável, pois não tinha a necessidade de um grande empreendimento. Nesse sentido Boxer coloca “Os portugueses compreenderam que podiam obter escravos muito mais facilmente através duma troca pacífica com os chefes e mercadores locais” (pg. 44). Até mesmo criando feitorias na costa africana e tendo um contato direto por muitos anos. Claro, como foi visto acima, os empreendimentos tinham um viés de cruzada, por tanto, os muçulmanos eram vistos como inimigos a serem combatidos e durante bons momentos do século XV houveram investidas militares dos portugueses dentro da África contra os infiéis. Esses objetivos e ações no continente africano são confirmadas, segundo Boxer, por bulas papais do período, dedicadas principalmente ao Reino de Portugal. Boxer enfatiza três bulas, a *Dum diversas* de 1452, a *Romanus Pontifex* de 1455 e a *Inter Caetera* de 1456. Todas elas apresentam refletido os interesses europeus, principalmente Portugal, e da igreja nesses empreendimentos. A primeira, como diz Boxer, “autoriza o rei de Portugal a atacar, conquistar e submeter Sarracenos, pagãos e outros descrentes inimigos de Cristo” além, claro, de “capturar os seus bens e territórios; a reduzi-los à escravidão perpetua e a transferir as suas terras e territórios para o rei de Portugal e para os seus sucessores”. (Boxer, 1969, pg.44). Legitimando, portanto, a violência envolvida nas primeiras relações com os povos nas quais navegavam, lembrando que, nesse primeiro momento, referia-se aos povos da costa africana, e não ainda aos asiáticos, mas pode-se dizer que essa mentalidade ainda se perpetuou, mesmo depois de chegarem à Ásia, como observa-se nos ataques e agressividade portuguesa na China, o que lhes deu má fama, além do grande exemplo dessa agressividade: o domínio de Malaca.

A segunda bula, é a que Boxer coloca como “a carta do imperialismo português”. Na qual apresenta uma confirmação e um relato dos avanços de D. Henrique em sua empreitada pelo mar e nos “descobrimentos”. Sobre essa bula Boxer ainda afirma que atribui a D. Henrique “especificamente, a intenção de circum-navegar a África, e, assim, de estabelecer contacto por mar com os habitantes da Índia” (Boxer, 1969, pg. 44). Além de ser autorizado a submeter e

converter pagões que pudessem ser encontrados nessas regiões. Essa bula, portanto, coloca de maneira geral, além do caráter colonizador, o religioso dessas investidas, e sede a Portugal o protagonismo. Esse protagonismo é confirmado quando o papa, Nicolau V decreta a *motu proprio*, o que dava o monopólio dessas regiões agora conquistadas, “mas também quisera outras descobertas no futuro”. Ou seja, legitimava qualquer ação portuguesa para manter o monopólio que era reconhecido pelo papa.

Ainda sobre esse protagonismo dado pela Igreja a Portugal, Boxer soma que, mais tarde, “todas as noções estão estritamente proibidas de infringir ou interferir de qualquer maneira no monopólio português das descobertas, conquista e comércio” (pg. 45).

A última, confirma ainda mais a aliança com a Igreja, quando D. Henrique concede à Ordem de Cristo, da qual era administrador e mestre a “jurisdição espiritual sobre todas as regiões conquistadas pelos Portugueses”. E ainda determinava que o grão-mestre dessa ordem teria poder para “nomear os delegados de todos os benefícios eclesiásticos (...); impor censuras e outras penas eclesiásticas”. Boxer adiciona um fator peculiar, nesse primeiro momento, “não fora tomada qualquer providência no sentido de serem enviados missionários” (Ibid pg. 45).

A partir da “conquista” do cabo da Boa Esperança, inicia-se uma nova fase nessas investidas marítimas, agora mais focado na busca das especiarias e com um olhar para Ásia, onde encontram um rico comércio florescente, apesar do “bloqueio” e tentativa de proibição das autoridades imperiais chinesas da corte. Principalmente a cidade de Malaca, na Malásia e de Goa, na Índia, lá já havia um grande centro comercial principalmente nas mãos de muçulmanos. Malaca, por exemplo, como coloca Boxer “era a capital do sultanato mais rico da península e um grande empório do comércio de especiarias com as Molucas” (Boxer, 1969, pg.462). Os próprios europeus que visitaram Malaca antes da invasão portuguesa escrevem sobre esse comércio e riqueza, com Tomé Pires em sua *Suma Oriental*, citado por Boxer, “Não se conhece nenhum porto comercial tão grande como o de Malaca” (pg. 92). Ou seja, já havia um consolidado comércio e centro comercial nessas regiões, as quais os portugueses vão buscar o controle e o monopólio.

Então, como se deu a entrada e o domínio português nesse já consolidado centro comercial? Para isso, Boxer explica sobre o poderio naval português, bem superior aos muçulmanos, que, nem mesmo os postos mais ricos possuíam navios de guerra oceânicos como os dos portugueses, e, mesmo quando possuíam algum navio de guerra, não possuía a artilharia que os Europeus detinham. Somando com isso, souberam bem utilizar inimizades locais,

utilizando de guerras e rivalidades próximas para conquistarem o domínio. Apesar que, essa alternativa agressiva pode ter dado certo até Malaca, mas como vimos, na China foi diferente, os juncos chineses conseguiam se impor contra os portugueses, e esses não os dominariam, conseguindo apenas o pequeno entreposto de Macau, onde ainda assim, era altamente influenciado pelas autoridades chinesas. No entanto, souberam bem utilizar da burocracia chinesa para realizar acordos semilegais e ilegais, contrabandeado e em relações com autoridades locais chinesas que, apesar da negativa do império chinês, queriam firmar uma relação comercial com os povos do exterior.

Esse domínio português na China consolidou-se ainda mais com a Guerra e inimizade dos chineses contra o Japão⁸. Já no século XV os japoneses foram uma grande dor de cabeça a China por conta de suas incessantes pirataria, sendo um dos principais problemas na costa. A pirataria, no entanto, andava ao lado do contrabando, o que aumentava ainda mais o receio e desconfiança chinesa com o comércio nessas áreas. Com os problemas que envolveram os japoneses no pagamento de tributos, que rompe a ligação com os chineses, permitiu aos europeus entrarem nesse vácuo. Pois, o comércio com o Japão interessava e muito os Chineses. Com a invasão de Hideyoshi na Coreia (1592 – 1598) quebra de vez essa relação, e consolida ainda mais Macau como um ponto comercial de produtos japoneses.

3.2 Caso Chinês

Quando chegaram na Ásia, diferente do que imaginavam, o Cataio de Marco Polo já havia deixado de existir, os mongóis já haviam a tempos perdido o poder, a Dinastia Yuan (1271 – 1368), de Kublai Khan, perdera lugar para o Mings (1368 – 1644), trazendo a volta de uma Dinastia Chinesa no controle e expulsando os Mongóis para o norte. A Dinastia Ming vem sendo vista como uma importante Era para o renascimento/ressurgência Chinesa. Ou seja, o período foi destacado por um crescimento, tanto econômico, político, populacional, quanto territorial da China. Nesse sentido Mote escreve que, esse período “Presenciou o crescimento da civilização Chinesa, o preenchimento (entende-se expansão e consolidação) do reino e, se é permitido usar uma metáfora biológica, o amadurecimento da civilização tradicional chinesa

⁸ Grupo de piratas que saqueavam as cidades chinesas, onde ocorreram episódios de grandes conflitos, causando um olhar negativo da corte sobre a costa sul e estrangeiros (Geiss, 1998).

naquela última fase de relativo isolamento intramural e esplendor” (Mote, 1998, p.1, tradução minha).

Em relação a parte mais ao sul da China observa-se, nesse período, “ A importância crescente das províncias marítimas do sudeste e as forças centrífugas que levaram muitos dos resistentes habitantes da região a buscar a vida no exterior” (Mote, 1998, pg.2, tradução minha) E destaca a importância do fator, que, essa exploração dos mares, e da atividade mercantil na China ocorreu antes do período da expansão mercantil Europeia, e pode até mesmo ter rivalizado (em comparação) com ela.

Ainda conseguiram exercer, ou continuar exercendo essas atividades mercantis, mesmo considerando que muitas vezes as trocas dinásticas apresentavam uma continuação da influência, mudando pouco para as províncias estrangeiras. A Dinastia Ming é caracterizada por um período de busca de extremo controle territorial por parte dos imperadores, desde o primeiro imperador o qual buscou um regime forte, centralizado e assertivo, apesar que, como pontua Mote, “Pode-se argumentar que a vontade dos primeiros imperadores de centralizar e afirmar a supremacia de sua vontade sobre todos os atos de governança nunca foi tão efetivamente institucionalizado” (1998, pg.3, tradução minha). Esse sonho centralizador e expansionista não ocorre apenas na China “terrestre”, mas também nas rotas marítimas da Ásia. Uma Era anterior de uma reciprocidade diplomática entre a China e os outras potências asiáticas foi sucedida por uma Era “sino-Cêntrica” (Foco e importância dada para a China, sendo ela mesma considerada como um bastião da civilização na Ásia). Ou seja, a China se via e era vista por outros como superior e para provar essa superioridade e demonstrar lealdade, além do reconhecimento dessa superioridade havia-se o pagamento de tributos. Conhecendo tal sistema como, “Sistema Tributário”.

Esse sistema consistia em um reconhecimento dos países estrangeiros da superioridade chinesa, e buscando uma “aliança” com a China, enviavam embaixadas com tributos para o Imperador chinês, entre 5 em 5 anos, havendo casos, quando a China estava em seu momento mais isolacionista, 10 em 10 anos. Em troca desse reconhecimento e pagamento de tributos, o Império deveria auxiliar esses países caso uma ameaça externa e muitas vezes necessitava remediar conflitos internos. Vale destacar que, era durante o envio dessas embaixadas, que se realizava algum comércio entre esses países e a China.

Enquanto a fronteira Norte da China era um local difícil, e com inúmeros problemas, os mongóis, que apesar de perderam a China, com a queda da Dinastia Yuan e se desfragmentarem, ainda eram formidáveis inimigos e incessantemente atacavam as regiões norte da China.

Em comparação aos problemas ao norte, os Ming tiveram grandes oportunidades de envolvimento com outras partes do mundo, principalmente quando olhamos as fronteiras ao sul e o comércio marítimo. Seja Japão e Coreia, ou estados marítimos no Sul e além, ou com as potências europeias as quais os primeiros barcos chegaram à China foram os dos portugueses que navegavam de Goa e Malaca dentro do estuário do Rio das Pérolas em baixo de Cantão em 1517. No entanto, coloca Mote (1998), que essas oportunidades foram negligenciadas. Ele remonta o período inicial dos Ming, com um grande foco no expansionismo e entendimento das áreas marítimas ao redor e além da China. A China mandou, nesse período, a maior e mais abrangentes flotilhas (conjunto de barcos) na história do mundo até aquele período. Chegando até o Golfo Persico e a costa da África. Apesar disso, essa expansão foi cessada e o contato, se não quebrado, diminuído. Mote culpa tal atitude pelo fato de que havia uma preocupação crescente com o Norte nesse período, o que ele coloca como uma “obsessão” com a Grande Muralha, o que não permitia ou deixava tempo, para pensar em outros lugares e buscar outras oportunidades.

A Dinastia Ming de um lado tinha o grande foco Imperial e governamental no Norte, com um encolhimento e passividade, além de consequentes falhas em expandir para outras direções. Por outro, havia, uma tendência de participação cada vez mais imaginativa e ousada no comércio marítimo por interesses privados - desafiando as sanções do governo - ao longo de toda a costa leste da China, particularmente do delta do Yangtze ao sul até Cantão. Ou seja, quando o Estado focava em defender o Norte e negligenciava outras oportunidades, os comerciantes privados e locais do Sul, das áreas marítimas, viam a oportunidade no comércio marítimo e se aventuravam-se nele, mesmo que, muitas vezes, indo contra ao governo central.

Mesmo sem a ajuda do Estado, colônias de comerciantes e artesões chineses, e eventualmente também assentamentos agrícolas, surgiram desde a Filipinas até o Sudeste Asiático, datando principalmente da era Ming. (Mote, 1998, pg.8, tradução minha)

Dessa forma compreende-se como os Portugueses sabiam bem sobre a China e como era os chineses antes mesmo de pisar no Império, desde relatos sobre eles em Goa, por conta das iniciais viagens marítimas, até Malaca onde haviam colônias chinesas, que não possuíam o aval do estado Ming.

O imperador que os portugueses se depararam é Zhengde (正德帝). Seu governo se caracterizava por um governo fraco, onde o imperador a tempos havia perdido o seu real poder centralizado, cedendo lugar para Eunucos⁹ e Mandarins¹⁰, que por meio da enorme burocracia estatal, eram quem realmente controlavam algumas áreas do império. Até mesmo dentro da corte, grandes secretários e eunucos que controlavam o poder. Zhengde, não tinha interesse em governar, portanto, deixava os assuntos de Estado nas mãos de outros, em principal, favorecia os eunucos. Além disso, somado com o seu desinteresse na política, Zhengde tinha um grande interesse em viagens, poucas vezes se encontrava na capital Imperial, algo estranho para os imperadores desse período. Vale destacar aqui é o desinteresse e negligência do imperador em assuntos da corte e na própria governança do Império, que ele deixou a cargo dos eunucos e pouco se interessou. Negligenciado até mesmo rituais milenares que nunca outrora fora negligenciado. (Geiss, 1998a)

Geiss coloca que foi nessas circunstâncias (de constantes viagens e do desinteresse do imperador em assuntos de Estado) que a primeira embaixada de um reino europeu chegou à corte imperial. Tomé Pires (c. 1468 – 1524) foi nomeado embaixador português na China em 1516 e chegou a Cantão com uma carta do Rei D. Manuel I (r. 1495 – 1521) no final de 1517. Os funcionários civis (mandarins) em Cantão consideravam os portugueses piratas, e o governador pediu permissão para montar uma frota e expulsá-los. Essa reação não foi surpreendente; os portugueses tinham má reputação na China. Em 1511, uma frota portuguesa invadiu o sultanato malaio de Malaca, um reino nominalmente sob a proteção da corte Ming, e forçou o sultão a fugir. Ele enviou imediatamente emissários para informar os chineses sobre essa invasão, e foi assim que os portugueses chegaram pela primeira vez ao conhecimento dos oficiais da corte. Acreditava-se que eles viessem de algum lugar ao sul da Malásia e não foram identificados como europeus. Além disso, como não havia registro de tal povo ter oferecido tributos a China, o Ministério dos Ritos em Beijing se recusou a receber a embaixada de 1517. Em fevereiro de 1518, o ministério recomendou que Pires fosse ordenado a deixar Cantão. Apesar dessa primeira impressão ruim, de alguma maneira, o Grupo de Pires e a Embaixada conseguiu permissão para avançar até Pequim onde teria uma audiência com o Imperador.

⁹ Eunucos eram homens castrados, em sua maioria vinham de famílias da camada baixa da sociedade, que ofereciam alguns de seus filhos homens para serem castrados e mandados ao palácio, onde seria responsável por entreter o Imperador e sua família. Durante a Dinastia Ming fizeram parte de posições altas, normalmente eram colocados pelo próprio imperador (Hucker, 1998).

¹⁰ Eram letrados que possuíam cargos administrativos ou outros, no Império. Quase sempre passando por exames para serem escolhidos. Os principais responsáveis pelo controle e administração do Império. Durante a Dinastia Ming confrontaram-se com os Eunucos pelo controle do poder institucional (Hucker, 1998).

“Embora tenha chegado a Pequim, nunca teve uma audiência. Quando o imperador voltou a Pequim em janeiro de 1521, ele estava muito doente. Morreu três meses depois, e no dia seguinte Pires e seu grupo foram expulsos de Beijing.” (Geiss, 1998^a, pg. 433, tradução minha).

Com a morte do imperador houve um caos para a sua sucessão, ele não havia postulado um herdeiro legítimo. É dito que em seu leito de morte, ele supostamente deixou a cargo de seu Grande Secretário e de sua imperatriz a sucessão. Isso ocasionou um período de governo e controle de Yang, o grande secretário do falecido imperador. Geiss pontua que durante os trinta e cinco dias que se seguiram à morte do Imperador Zhengde e a chegada de seu sucessor, Yang Tinghe praticamente governou o império. Ele começou imediatamente a dismantlar a corte do imperador falecido. Principalmente as embaixadas estrangeiras foram mandadas de volta para seus países, ou seja, acabando com a possibilidade da Embaixada de Pires.

Durante os anos de 1520 e 1530, pequenos bandos de piratas frequentemente investiram contra a costa sudeste da China, principalmente Guangdong e Zhejiang. Esses bandos eram semelhantes aos mongóis também em seus conflitos internos. Existiam casos de união de piratas sobre um líder, mas normalmente eram um conjunto de pequenos bandos que lutavam entre si. Esses piratas eram povos comuns que buscando outra alternativa além da miséria e fome, se viravam para o crime. Quando tinha oportunidade de fazer lucro, comercializavam, ou até mesmo serviam de conexão para outros piratas ou comerciantes; e quando não conseguiam comerciar se viravam para o saque; ou até mesmo praticavam ambos. Tal pirataria faria com que a corte proibisse o comércio externo. No entanto, tal proibição pouco fez efeito, pois muitas vezes os militares, oficiais da autoridade imperial, compactuavam com tais piratas, se envolvendo em comércio ilegal.

As autoridades locais simplesmente ignoravam os editos imperiais a respeito de proibições com o comércio exterior. Por outro lado, havia consequências por tais atos, as autoridades imperiais não abandonaram completamente a sua autoridade nas costas. Em 1532, para mostrar um exemplo que tais atos realmente ocorreram e que as autoridades locais muitas vezes ajudavam, e, também, que a corte imperial não deixava isso passar, foi quando o governador de Guangdong foi chamado de volta para a Capital após ter falhado em erradicar a pirataria local que por uma década invadia a costa da China. Em 1533, o Ministro da Guerra, reclamou que a proibição do comércio que havia sido promulgada não havia sido colocada em prática, e frotas armadas continuavam a pilhar a vontade a costa. Um pirata capturado em 1534 possuía uma frota de 50 grandes navios sob o seu comando.

Por fim, podemos concluir em relação ao comércio nesse período que.

A proibição do comércio marítimo nunca foi efetivamente imposta, e a corte também não conseguiu obter nenhuma receita substancial dos impostos comerciais. O lucro dos avanços tecnológicos e da produção agrícola, do comércio e da manufatura de tecidos e artesanatos foi parar em outras mãos. Embora a economia do império Ming tenha florescido e alguns súditos tenham se beneficiado dela, o poder imperial não se fortaleceu financeiramente (Geiss, 1998b, pg.509, tradução minha)

Como já colocado, a visão que o Império possuía para com os países ao redor era sinocêntrica. Ou seja, países estrangeiros não tinham qualquer importância a não ser se interessava ao Imperador ou se houvesse alguma relação, como o sistema de tributos. Além disso, a questão sobre o comércio externo na costa sempre foi de grande debate para os oficiais imperiais, havia duas frentes que se chocavam, a que buscavam permitir, pois o comércio de algo exótico interessava e muito as elites chinesas, enquanto a outra colocava que tal comércio tirava a ordem do império chinês, portanto se via no país uma constante troca política de uma hora bem restritivo outro bem liberal.

O Império Chinês, em decorrência de sua formação, pela expulsão dos mongóis ao norte, pouco se voltava ao sul, pois, apesar de livrarem a China deles, os mongóis ainda se mostravam inimigos formidáveis para a China, sendo a questão da fronteira norte sempre muito importante e focada pelos imperadores, levando a negligência do sul. Excetuando um período de interesse, com o terceiro imperador, com as expedições de Zheng He, pouco e gradualmente vai se perdendo o interesse ao sul, sendo remontando apenas mais tardiamente da chegada dos portugueses, quando houve grandes ataques de piratas japoneses na costa, sendo necessário um olhar do império.

Esse desinteresse pelas relações externas na costa remonta desde a formação da Dinastia Ming, Hucker (1998), coloca que o primeiro Imperador Ming, postulava uma política de não intervenção no sudeste asiático, apesar de perpetuar o recebimento de tributos, a China não busca mais intervenção militar nesses países. Novamente, excetuando o período de governo de Yunlao, pouco se observa o interesse pela costa por parte dos imperadores.

Nesse vácuo de poder e controle das rotas mercantis, entra os mercadores muçulmanos, que há tempos já havia avançado para o extremo oriente. Como pontua Wills (1998), neste semi-vácuo, a rede de comércio marítimo muçulmana centrada na Índia floresceu, e vários estados do Sudeste Asiático, em sua maioria muçulmanos, expandiram seu comércio com a China por meio de embaixadas de tributo.

Quando os portugueses chegam a Calicute, na Índia em 1498, inicia-se, como coloca Wills, uma nova era na história da Ásia. Os portugueses influenciaram e perturbaram a influência muçulmana nas rotas comerciais. Essa rede de comércio próspera ligando o Mar Vermelho e o Golfo Pérsico à Índia e ao Sudeste Asiático, não conseguiu resistir ao grande poderio naval e armamentista dos Europeus, utilizando de suas artilharias, superioridade naval e pirataria, conseguiram monopolizar as rotas comerciais.

Dessa maneira, do ponto de vista dos Ming o comércio marítimo teve uma maior mudança depois de 1500, com a chegada dos Portugueses em Malaca, em Molucas e finalmente na costa da China. Os comerciantes ocidentais, armados e agressivos, minaram o poder de comercio dos muçulmanos, sejam eles árabes, persas ou indianos. E indiretamente encorajaram o desenvolvimento de um comercio privado entre o Japão e a China no sudeste asiático.

Hucker argumenta que se pode dividir a história do comércio marítimo Ming em duas fases, a primeira metade quando essas relações ainda possuíam o sistema de tributos e a segunda metade, onde esse sistema cai e cede lugar para uma relação comercial privada, com locais e japoneses competindo e cooperando com os mercadores ocidentais.

Tirando o período de abertura em 1402 – 35, nas décadas iniciais, a política do primeiro imperador permaneceu constante. Houve, no entanto, diferenças entre o período que precede o Imperador Zhengde (1505 – 21) e o período que o segue.

A primeira mudança é o declínio do sistema tributário, principalmente após a invasão de Malaca pelos Portugueses e de Champa pelos Vietnamitas. O foco dos Ming era principalmente no Norte, onde o real perigo se encontrava. E, portanto, há um abandono nas relações com os países do sul, excluindo os que faziam fronteiras terrestre. Apesar desse não auxilio militar, e as relações serem apenas ritualistas, a China ainda era estável e confiante o suficiente para não precisar legitimar sua autoridade do sudeste asiático. Essas relações com os países do sudeste asiático eram caras, e os rituais e relações não tinham nenhum real benefício para a dinastia. E, como consequência, as missões de tributos dos países marítimos cessou por volta de 1500. Os poucos que iam, ficavam nos portos e não eram encorajadores para viajar ao norte para prestar tributo ao imperador.

A segunda mudança segue a primeira. Com a diminuição da importância das missões de tributos, os oficiais Ming ignoraram a chegada dos portugueses. Apesar de saberem a força naval portuguesa pela sua conquista da Malaca, a China não buscou fazer relação de tributos com eles. Um terceiro desenvolvimento foi ainda mais importante: a crescente importância do

comércio para a economia Ming como um todo. O comércio de bens de luxo, por si só, era estimulado pelas atividades da própria corte, através de seus milhares de eunucos compradores e pelas extensas necessidades dos membros da família imperial por toda a China. Embora o comércio privado nunca tenha sido oficialmente incentivado, seu crescimento foi tolerado, e a necessidade de importar certos bens estrangeiros foi reconhecida.

No entanto, a manutenção das políticas do início da dinastia Ming em relação ao comércio exterior e a falta de novas instituições para lidar com os desenvolvimentos posteriores levaram a graves perturbações ao longo da costa chinesa. Quanto mais os funcionários Ming tentavam restringir o contato estrangeiro a um ou dois portos, maior era a pressão sobre os empreendedores locais e estrangeiros que se buscavam mutuamente.

4 ANALISE DAS OBRAS

A potencialidade portuguesa e sua enorme proeza nas atividades mercantis e de relativo domínio no centro comercial asiático, controlando um importante posto das trocas do comércio asiático, Malaca, já em 1511 com Albuquerque, utiliza a mesma tática que os portugueses tinham de domínio das novas regiões, a conquista militar além da econômica. Muitas vezes pautadas de um etnocentrismo e um ideal de missão maior, para os Portugueses, o domínio das novas regiões era uma missão divina, que, como vimos com Boxer, compactuada com a própria Igreja. Então, mesmo quando chegam na região de Malaca, mais próxima da China e do extremo oriente, ainda continuam com essa mentalidade, e como veremos, mesmo na chegada na própria China essa mentalidade não sairá, a própria carta dos cativos, ou mesmo a obra de Tomé Pires sobre a força chinesa, indicam um interesse no poderio militar chinês, para, possivelmente, observar uma possibilidade para uma futura invasão.

No entanto, o que muitos autores, como Loureiro (1995, 2002, 2018), Boxer (1969), Gruzinski (2015), pontuam, a atividade mais importante que deu grande vantagem aos portugueses nessas investidas para com a Ásia, foi a sua compilação de informação, ou seja, de eles não “rumaram ao desconhecido”, mas sim tiveram extrema noção e precisão para onde estavam indo e com quem estavam lidando. Essas estratégias contavam com o auxílio de mercadores, normalmente muçulmanos ou árabes, que tinham um conhecimento da rota da seda, e sabia dos países ao oriente e caminhos para eles, mercadores esses que foram os principais guias e tradutores para as investidas iniciais. Além deles a utilização de obras de aventureiros, como Marco Polo, também foi um importante rumo para onde e com quem iriam lidar.

Utilizavam-se de todas as informações que possuíam, particularmente das provenientes de mercadores, buscando uma compilação do saber que proviam sobre o território e caminhos, “Mestres na arte de acumular, mais ainda na de recuperar os saberes, os portugueses jamais penetram águas desconhecidas” (Gruzinski, 2015, p.64). Portanto, antes de partirem para as suas navegações já possuíam um conhecimento, não vasto, mas o suficiente para colocar-se a frente de Castela.

Inicialmente, tal estratégia de busca por informação foi realizada de maneira relativamente fácil, mas conforme adentravam mais ao oriente, principalmente após

ultrapassarem o Cabo da Boa Esperança em 1488 e a chegada portuguesa na Índia marca uma nova fase das navegações. Ao chegarem em Goa se deparam com um conhecimento de um povo que nunca havia ouvido falar, os “chins”, que como Gruzinski coloca, nunca ouviram Marco Polo mencionar. Esses seriam os chineses, e a região que os portugueses ficaram, a “chinacota” de Goa, que os habitantes falavam que foi um lugar de uma antiga embaixada dos Chins, povos que possuíam grandes frotas de Juncos e detinham um grande poder político e econômico. O local, provavelmente, como também indica Gruzinski, somando com variadas fontes dos próprios chineses, como pontua Chan (1998), em seu capítulo na obra de “The Cambridge History Of China”, se refere ao local de estadia dos embaixadores chineses na época das navegações do general eunuco Zhenge He (1371- 1433) durante o governo de Yungle (1402 – 25). Período esses que os chineses chegaram até o golfo pérsico, e trouxeram e levaram embaixadores para essas regiões. Ou seja, em Goa, na Índia será um dos primeiros locais que se ouvira sobre os Chineses, como “chins”, apesar que o próprio Marco Polo já fala da região do Grande Khan, Cataio, os portugueses nesse momento não remetem Cataio ao país dos Chins.

É nesse momento em que o governo de Portugal começará a realizar esforços para um estudo mais preciso dos Chins, uma força tão grande de mercadores e talvez uma potência que poderia ser uma grande aliada na busca pelo enriquecimento ou um grande inimigo nessa investida, não poderia passar desconhecida. Ao longo de toda sua navegação, em principal a posterior do Cabo da Boa Esperança, depararam-se com o nome e vestígio dos “Chins” oportunidades para preencherem a lacuna do conhecimento sobre esse país. Interessante destacar, a preocupação do Rei Manuel II de Portugal, na busca de informações sobre os Chins. Em 1508, poucos anos após a chegada portuguesa na Ásia, o rei já demanda uma coleta de informações sobre esse povo, ficando a cargo de Diogo Lopes de Sequeira. E em apenas um ano, em 1509, os portugueses se encontraram pela primeira vez com os chineses em Malaca, contato esse amistoso que proporcionou os conhecimentos iniciais sobre a China.

É com esse sentido que precisamos olhar as primeiras obras a respeito da China e da Ásia, principalmente depois de Calicute. Uma busca e compilação de informação sobre uma possível potência na Ásia, que poderia ser uma fonte de enriquecimento a Portugal. Essa obra apresentará os primeiros relatos escritos sobre os chineses sem que ao menos, seu escritor, Tomé Pires, tenha pisado na China, mas seu valor se destacará em quais informações ele adquirirá por meio de seu contato com os chineses de Malaca, que ainda tinham um grande contato com a China.

Dessa forma, a visão que Pires tem da China, será a primeira observada e analisada, sempre valendo lembrar que ele não pisou no território chinês, ou seja, suas informações são provenientes de relatos ditos pela comunidade de Malaca, somada com a observação dos chineses que ali residiam.

4.1 Suma Oriental de Tomé Pires

Durante bons anos, desde sua publicação, essa obra esteve perdida e, a achada, por Armado Cortesão não é a original, como ele mesmo indica na introdução da obra, o que deixa a obra difícil de ser entendida e lida, e sendo ela a única de fácil acesso, a outra sendo a edição de Rui Manuel loureiro que se encontra mais facilmente em Macau, na China e Lisboa, em Portugal. Apesar da dificuldade, Cortesão, coloca que “sempre procurei apreender o verdadeiro significado do que o próprio Tomé Pires escreveu” (Cortesão, 1978, pg. 7-8). E para uma compreensão dessa primeira fase portuguesa, e consequentemente a primeira visão da China, a Suma Oriental de Pires, apesar de suas dificuldades na leitura e compreensão, é de grande valor.

Antes do estudo da obra de fato, é interessante compreender quem a escreveu, com qual objetivo e em qual contexto.

Sobre a vida de Pires, a sua presença em Portugal, infância e juventude, e o que fazia ainda é obscuro. As informações sobre a sua vida estão em grande parte nas cartas enviadas durante o seu tempo na Ásia e principalmente as informações de cronistas como João de Barros, em Ásia, Década III; Gaspar Correia em Lendas da Índia e Fernão Lopes de Castanheda em História do Descobrimento da Índia pelos Portugueses. Crônicas estas indicadas por Cortesão, na introdução de sua edição de Suma Oriental.

Sobre seu trabalho, ambos os cronistas concordam, era um boticário ou filho de um boticário que assumiu o trabalho do pai. Gaspar Correia, por exemplo, informa, segundo Cortesão, que era filho do boticário de D. João (1455-95) e Castanheda, também utilizado a informação dada por Cortesão, que ele foi boticário do príncipe D. Afonso. Já no início do século XIV fica a cargo das drogas da Índia, servido como boticário no estudo de plantas dessas novas regiões. Cortesão, interpretando e analisando a cronologia e os conteúdos das cartas enviadas de Pires, conclui com “segurança que Tomé Pires partiu de Lisboa em 20 de abril e chegou à Índia em 8 de setembro de 1511” (Cortesão, 1978, pg.18). Em 1512 Afonso de

Albuquerque o chama á Malaca para ser escrivão como indica sua carta a seu irmão a qual diz “estou em Malaca por escrivão da feitoria e por contador e por veador das drogarias” (Cortesão, 1978, pg. 19) Em 1515, a vias de terminar a Suma Oriental, Pires vai rumo à Índia, segundo Cortesão, com o objetivo de regressar a Portugal. 1515 coincide com o período da morte de Albuquerque e o envio de um novo governador e Fernão Peres de Andrade, que “el-Rei enviava como Capitão-Mor duma armada para ir da Índia ‘descobrir a China’ e levar lá um Embaixador português” (Ibid, pg.21). Sobre a China, Tome Pires, destacava-se sobre seus conhecimentos, além de sua capacidade diplomática, o que ajudou na escolha dele como embaixador pelo governador, com base no Castanheda escreve sobre o acontecimento. Pires, portanto, nos finais de sua escrita da Suma Oriental, fica encarregado desse cargo de Embaixador da China, ou da tentativa de um Embaixada à China.

Em relação a sua expedição na China nessa embaixada, será explicada na observação e análise das “Cartas dos cativos de cantão” que são membros da embaixada de Pires, onde relatam o rumo da embaixada, como também sobre a sociedade chinesa. Apesar que ainda Gaspar Correia e Castanheda relatam e serão utilizados sobre a investida dessa embaixada.

Sobre os objetivos que possuía a escrita da Suma Oriental, temos em principal a compilação de conhecimentos dos povos e das riquezas da Ásia, ou seja, a Suma é uma compilação das informações obtidas dos países da Ásia.

Loureiro (1990) coloca os objetivos que possuía o Rei de Portugal em buscar a coleta de informações sobre a China ao observarmos o foco de Diogo Lopes de Siqueira em 1508 na busca informações sobre os Chins:

Perguntarei pelos chins, e de que parte veem, e de quão longe, e de quanto em quanto vêm a malaca (...), e as mercadorias que trazem e quantas naus deles vêm a cada ano, e pelas feições de suas naus (...) e se tem feitorias ou casas em malaca (...), e se são mercadores ricos e se vestidos trazem (...), e que são cristãos, se gentios, ou se é grande terra a sua, se tem mais de um rei entre ela, (...) se não são cristãos, em que creem ou a quem adoram, e que costumes guardam, e para que parte se estende suas terras (Loureiro, 1995, pg.1 apud Albuquerque, 1884¹¹, pg. 416)

Observa-se nessa carta, os interesses iniciais que Portugal possuía pela China: A sua potencialidade comercial e suas mercadorias, capacidade bélica, aspectos físicos, organização política, religiosidade, costumes, limites territoriais. Uma busca de informações capazes de auxiliar nas estratégias possíveis para lidar com o novo país.

¹¹ Data de publicação da obra, sendo as cartas contidas nela escrita muito tempo antes.

E é nesse sentido que a Suma Oriental também será escrita. Com um caráter mais pragmático, com um foco maior nas riquezas e potencialidades desse novo, grande e poderoso território.

A obra é dividida em seis partes. I- Do Egipto a Cambaia, com o Mar Vermelho, Arábia, Ormuz e Pérsia; II- De Cambaia a Ceilão, com Daquem (Deccan), Goa, Canará, Narsinga e Malabar; III- De Bengala à Indochina, com Brema (Burma ou Birmânia) e Sião; IV- China a Bornéu, com Lequeos (Liu Kiu), Japão e Filipinas; V- Insulindia; VI- Malaca. O foco da presente análise será, em maior parte, na parte IV da obra, mas poderá haver casos de referência sobre os chineses em outras partes, nesses casos será citada aqui.

Outro ponto de interesse da obra é ela não possuir um caráter literário, ou um estudo muito profundo da cultura, é dedicada a economia, mas não deixa de possuir menções sobre a cultura ou a características dos povos. Como nas citações de Cortesão (1978), sobre “quando comenta o costume de em Bulambuam (Balambangam) queimar vivas as viúvas” (Cortesão, 1978, pg.76). Ou quando fala de Malaca, a qual tinha em muito alto grau e enaltecimento “não sabe tão grossa escala como a de Malaca nem em que se tratem tão nobres e estimadas mercadorias” E soma, “Quem for senhor de Malaca tem a mão na garganta a Veneza... Quem isto entende favorecerá Malaca; não se ponha em esquecimento”. (Cortesão, p. 77)

As primeiras informações sobre a China e sua relação no Sudeste Asiático é encontrado no Livro Terceiro da Obra, “De Bengala À Indo-China”, apesar do território chinês em si não estar presente no escopo desse capítulo a sua área de influência e comercio estava.

A primeira menção a China, está na parte dedicada a região de Bengala, onde há apenas uma menção do comércio realizado com a China, quando Pires pontua os itens comercializados em Bengala. "De bengala, damascos brancos e verdes enrolados da China"¹² (Pires, 1978¹³, pg.224, tradução minha). A qual se entende que vinha da China, Damasco brancos e verdes enrolados¹⁴. A primeira menção encontrada sobre a China é referente a suas mercadorias em Bengala (região oriental da Índia).

¹² Original: “De bengala Damasquos brancos & vrdes enrolados da chyna” (Pires, pg. 224)

¹³ Data de publicação da tradução de Cortesão, não a obra original feita em 1517

¹⁴ Segundo Cortesão (1978), Enrolado era um palavra frequentemente utilizada nas crônicas portuguesas que se referia a uma espécie de antigo tecido indiano, mas não foi encontrado ou determinado o que era este tecido.

Um destacamento interessante que deve ser colocado que dificulta o estudo é as diferentes formas que o autor ou o copista¹⁵ utilizou para designar os nomes dos países e centros comerciais. A própria China pode ser encontrada como Chyna, China, Chijna, Chijs. A própria citação sobre as mercadorias de Bengala coloca “Chyna”, enquanto a próxima menção a China, quando escreve sobre Pegu, é utilizado “China”.

Na passagem sobre Pegu, região do atual Myanmar na cidade de Bago. Sobre essa passagem os relatos de mercadoria são os que os povos de Pegu trouxeram para realizar trocas em Malaca. “É a principal coisa, porcelanas baixas de sorteas e de loures vermelhos/ azougue em grande quantidade/ cobre/ vermelhão damascos enrolados escuros de flores, que vêm logo da China para eles.”¹⁶ (Pires, p.231, tradução minha). Novamente os “Damascos enrolados” são mencionados, provavelmente um tipo de tecido comercializados por chineses nesse período. Além, também de porcelanas, cobre, azougue (mercúrio). Outra passagem dedicada somente ao comércio.

Em sua descrição sobre a aparência do povo de Pegu também se encontra uma referência aos chineses. “As mulheres são mais brancas que eles (os homens), são assim também. De seus corpos são formosas, mais desinibidas. Trazem o cabelo à moda da China, como se dirá na descrição da China.”¹⁷ (Ibid, pg.236, tradução minha). O primeiro relato da aparência dos chineses, em especial, o cabelo feminino.

Em seus relatos sobre Sião, atual Tailândia, há informações possíveis sobre a compreensão da dominação política da China nos territórios próximos.

É uma cidade de muita gente, com muitos senhores e muitos mercadores estrangeiros, e a maior parte dos estrangeiros são chineses, porque o comércio de Sião é grande na China. A terra de Malaca é chamada terra de Sião, e toda a de Sião e Champá, e ali se chama de China.¹⁸ (Ibid, p.237, tradução minha)

Esse trecho se refere a relação de contato da China, com Sião e Malaca. Na qual indica a presença de muitos senhores e mercadores estrangeiros, sendo eles em grande parte Chineses,

¹⁵ Considerando que a obra encontrada por Cortesão não é o original e sim o fruto de um copista que copiou a obra de Pires apresentando erros de sequência e de grafia.

¹⁶ “He a primeipall cousa poreelanas baixas de sorteas E de loures Vmelhos/ azougue muyto/ cobre/ vermelhao Damaseos emrolados escuros De frores que vem logo de China pa eles” (Pires, pg.231)

¹⁷ “As molheres sam mais bramcas q elles (homens) sam asy mesmo Dos corpos delles saem fremosas mais Desemuoltas trazem o cabello a guisa da chijna com se dira na descricam dachijna” (Ibid, pg.236)

¹⁸ De mujta jemte he cidade de mujtos sres he de mujos mercadores estramjeiros e a mor parte destramjeiros sam chijs porque o trato de syam he gramde na chyna/ a terra De malaca se chama terra de syam E toda a de Siam champã e hy se chama de chyna (Ibid, pg. 237)

pois o comercio com a China é grande. E ainda mostra o domínio chinês no Sudeste Asiático, quando coloca que a terra de Malaca se chama terra de Sião, e toda a de Sião, Champa de China.

Há outro trecho que indica a relação de China com Sião, "Aos mercadores estrangeiros que vão à sua terra e reino, com sutilezas, ficam as mercadorias na terra e mal pagos, e isso a todos, exceto aos chineses, por causa da amizade que têm com o rei dos siameses."¹⁹ (Pires, 238, tradução minha). Indicado uma relação amistosa da China com a região de Sião.

Quando relata sobre a Cochim-China também mostra as relações políticas e mercantis desses com a China. "Tem grandes senhores e está próximo ao rei da China por casamentos, e por esse rei não fazer guerra à China, mantém sempre um embaixador na corte do rei da China, ainda que o rei de Cauchim (Cochim) não queira."²⁰ (Pires, p.250, tradução minha). Novamente um relato do sistema tributário imposto pelos chineses nos países de seu entorno, com o envio de embaixadas dos outros países para a China. E ainda mostra a superioridade chinesa nos relatos de Pires, pois mesmo que o "rei de Cauchim" não quera, era coloca uma embaixada dos chineses no país.

Em sua parte dedicada da China, Pires, já inicia mostrando uma opinião e seu olhar perante a China, "Fazem as coisas da China grandes, tanto na terra como entre as pessoas – riquezas, pompas, status e outras coisas que mais se acreditaria, com verdade, haver em nosso Portugal do que na China."²¹ (Pires, p. 252, tradução minha). Esse trecho indica o olhar europeu para outros países, indicando o Eurocentrismo existente no pensamento, pois para Pires, as coisas que relatam sobre a China parecem mais verdade existirem em Portugal. Mostrando que, para eles, o ápice da civilização seria a Europa, e que outro país não poderia ser melhor. Indica uma visão comparativa com o país de origem, somando com o pensamento de superioridade do país de que veio.

Logo em seguida faz uma descrição da aparência dos chineses, possivelmente da descrição dos chineses presentes em Malaca, ou relatos da aparência dos povos que a China foram. Nessa descrição ele pontuam a qualidade branca da pele desse povo, suas vestimentas, e, principalmente, como enfatizado por Loureiro, é a primeira descrição da maneira como os

¹⁹ "Aos Mercadores estramjeiro q vão a sua terra E regno com sotilezas lhe fica há mercadaria na terra e maall paguos e jsto a todos e menos aos chijas pola amjzade que com ho rey dos cijs tem" (Ibid, pg.238)

²⁰ "Tem grandes senores hee jumto este ao Rey da Chyna por casamentos & por este rey nom fazer guerra a chyna traz sempre embaixador na corte DelRey da Chyna ajnda q nom queira o rey de cauchy (cochim) " (Ibid, pg.250)

²¹ "Fazem as cousas da china gramdes asy na terra como jemtes Riquezas pompas estados/ & contas outrsa que mais se crierã com uerdade avermse em nosso portugall q nom na chyna" (Ibid, pg.252)

Chineses comem, com palitos. "Comem com dois pauzinhos e com um recipiente, ou porcelana na mão esquerda, junto com a boca, e com os dois pauzinhos servem. Esta é a maneira da China."²² (Pires, p.253, tradução minha). Também coloca que "As mulheres parecem castelhanas", quase sempre em um foco comparativo. Ou seja, essa primeira visão do próprio povo e dos seus hábitos estavam pautados em um sistema de comparação.

Seguindo, faz um breve relato sobre as cidades, dizendo que "A terra da china he de muralhas cidades fortalezas todas De pedra" (Ibid, pg.253) e além, fala sobre o isolamento do imperador para com o povo, uma característica desse período, em que o Imperador chinês pouco contato tinham com o povo comum, sendo "isolado" na cidade imperial. "o rei nunca é visto pelo povo, nem pelos grandes, salvo muitos poucos por assim é o costume"²³ (Ibid, pg.254, tradução minha).

Vem em sequência um relato de grande valor sobre o sistema tributário chinês, que de maneira breve, quando escrevia sobre os países que faziam parte foi relatado, mas agora, é dedicado uma ênfase nesse sistema e um bom entendimento que Pires teve sobre ele. Primeiro ele escreve os reinos que fazem parte de tal sistema, "EllRey de champa ellRey De canehy china ellRey dos laqujos ellRey de Jampon (...) EllRreu de Jaaoa ellRey de siam ellRey de paçee elRey de malaqa". E que tais reinos "mamdam seus embaixadores com o sello Da china a ellRey da Chyna De cimqo em cimqo anos & de dez em Dez anos & cada huu lhe manda do melhor De suas terãs do q sabem que laa quere". (Ibid, pg.254) E realmente, o sistema tributário como visto, era ou de cinco em cinco ou de dez em dez anos, dependendo da política do imperador para uma aceitação estrangeira. Ou seja, é um relato preciso desse sistema, até o fato da entrega de presentes esta relatado. Isso permitiu uma maior estratégia nos contatos dos Portugueses com os Chineses, principalmente tendo em vista que Pires foi designado na primeira Embaixada para lá.

Ainda referente as embaixadas, soma com um relato de como era realizado o contato com o imperador.

Estes embaixadores quando vem ao rei não o veem, somente o vulto do corpo detrás numa cortina e dali responde estando sete espuaes esperando a palavra, quando a diz assinam aquilo os oficiais mandarins sem por a mão no rei e nem ser visto voltam a

²² "comem com dous paaos & altamja ou porcelana na mão esquerda Jumto com a boqa & com os dous paõs srvr esta he a guisa Da china" (Ibid, pg.253)

²³ "o rey nunqua he visto do povo nem dos grandes salluo de mujo porquos por asy estar em costume" (Ibid, pg. 254)

vir. E se levam presentes mil faz lhe mercê do dobro e os embaixadores em deixam tudo lá e voltam sem verem o rosto nem a pé do rei.²⁴ (Pires, pg.255, tradução minha)

Portanto possuía informações até de como eram realizados o contato dos embaixadores com o Imperador da China.

As próximas referências sobre a China na Suma se localiza na parte dedicada a Ceilão. Nessa parte ele traz um detalhamento mais preciso da política de isolamento chinesa, e um detalhamento do principal centro comercial estrangeiro, Cantão.

Vale destacar também, como ele, erroneamente, escreve sobre o sistema de sucessão chinesa. “Ho Rey da china nom soçede De pay a filho Nem sobrinho somente por eleicam do coselho de todo ho Regno” (Pires, pg.359). O próprio Cortesão pontua na nota de rodapé que “Toda esta informação é decerto, absolutamente incorrecta”.

Em seguida faz o detalhamento do sistema de isolamento ou Hajim dos Chineses.

Nenhum chinês pode sair em direção a Sião, Java, Malaca, Paci e outras regiões sem a licença dos regedores de Cantão, e pelas assinaturas dessa licença, tanto para sair quanto para retornar, exigem-se taxas tão altas que muitos não conseguem suportar. Ninguém pode sair sem a permissão do rei Qualquer junco ou navio que ultrapasse os limites estabelecidos para ancoragem tem sua carga confiscada pelo rei, e as pessoas chegam a morrer por isso.²⁵ (Pires, pg.359, tradução minha)

Basicamente uma descrição do sistema de isolamento, no qual nenhum chinês poderia sair se não permitido pelo Imperador, e caso desobedeça tal lei, poderia perder tudo o que possuir na terra. Também coloca o isolamento e proibição para receber outras embarcações estrangeiras em terra.

Adiante faz menção ao principal centro comercial chinês para o comercio estrangeiro. Pires cita a “cidade de quamlom (Cantão)” local na qual escreve que “omde o Regno todo da china Descarregua suas mercadorias lodas” (Pires, p. 361). Dessa forma vai realizando uma descrição do centro comercial de Cantão, citando, possivelmente, o isolamento nas trocas comerciais, ou seja, o fato dos mercadores não irem a própria cidade de cantão, mas sim realizar

²⁴ “Estes embaixadores qmdo vam ao Rey nom o vem somente ho vulto do corpo Detras huum cortina & daly Responde estando sete espuaes espeuendo a palavra qmdo a diz asynam aqujlo os officiaes mamdaris sem o Rey poor a mão nem ser visto tornanse a vjr E se levam De presemte mjll faz lhe merçee do dobro & os embaixadores em peitas leixam tudo laa & tornanse se verem ho Rosto nem a pa Do Rey” (Ibid, pg. 255)

²⁵ Nom pode sair nenhuu chim pa a bamda De siam Jaãoa malaqa pacce & dhy adiante sem licemca dos Regedores de quamtom & pollas asynaturas da licemça De poder sair he tornãr lhe leuam tamto que ho nom podem soportar & nom pode sair somente senom he por licemça do Rey & por este liççmça se he Riço fiça sem nada/& quallqr Junco ou não que pasa os termos que lhe sam postos pa amcorar pde se a fazemda pa ellRey E a Jemte morre por yso//. (Ibid, pg. 359)

suas trocas comerciais próximas a cidade, sem o contato com o povo. “a cidade fechamse as portas sam fortes estes Reis q disemos que tem sellos quamdo seus embaxadores fazem a mercadoriam em cidade Demtro e senom fazem fora” (Pires, pg.362). Descreve, portanto, que no caso dos embaixadores que recebem uma permissão do imperador, é permitido um comercio na cidade, caso o contrário deve ser realizado fora.

Mais à frente adiciona

Dizem que os chineses fizeram esta ordem proibindo a ida a Cantão por medo dos javaneses e malaio, pois é certo que um junco dessas nações conseguiu derrotar vinte juncos chineses. Dizem que a China tem mais de mil juncos, cada um comerciando onde melhor lhe convém, mas que seu povo é fraco. Segundo o medo que têm dos malaio e javaneses, é certo que uma única nau de três mil toneladas faria a população de Cantão fugir, e essa cidade despovoada seria uma grande perda para a China.²⁶(Pires, pg. 364, tradução minha)

Tal trecho além de indicar ainda mais a proibição da entrada em Cantão, também apresenta opinião do autor. Colocando que tal medida seria pelo medo que a China possuía dos outros povos, em principal os malaio e os javaneses, pois, segundo Pires, os juncos desses países seriam mais fortes que os chineses e que, por conta disso, e com o medo de perder a região de Cantão apresentavam tal política. Dessa forma, Pires coloca a China como uma relativa fraqueza, que na realidade, como Boxer mesmo coloca, não existia. O próprio sistema tributário já era um indicativo da superioridade chinesa perante aos outros povos do sudeste asiático. Mas, de certo, o medo da pirataria e de perder uma região tão rica como Cantão, sem sombra de dúvidas era presente. Apesar que, como já vimos, a preocupação para com o sul da China dentro na corte era baixa, com um foco maior nas fronteiras ao norte com as constantes invasões das tribos mongóis e das revoltas de guarnições. De qualquer forma, esse trecho coloca uma visão de uma China mais fraca e menos mágica, do que será escrito ao longo de todo o século XVI.

O trecho em seguida também demonstra uma subestimação da China por Pires, enfatizado também por Loureiro, o qual coloca que o comentário de Pires sobre uma possível fácil conquista da China pelos portugueses era uma subavaliação da China e uma superestimação do

²⁶ Dizem que os chijs fazerom esta hordenamça de nom podere hir a qmtom por Reçeo dos Jaaos & malais que he çerto que huu Jumco Destas naçoees desbaratam vinte Juncos De chijs Dizem que a Chyna he de mais De mjll Juncos que cada huu trata homde lhe bem bem mas he Jemt fraqa & segumdo ho medo que tem a malayos he jaãos bem cero sera que huua não de iijje tonees faria despouoar qmtom a qll despouada teria a china gramde perde (Ibid, pg. 364)

poderia naval de Portugal, que tinha como referência o fácil domínio de Malaca por Albuquerque.

Sem tirar o mérito de cada terra, as coisas da China parecem ser de uma terra honrada, boa e muito rica. E para submetê-la à obediência do governador de Malaca, não seria necessário tanto esforço como dizem, pois, seu povo é muito fraco e fácil de derrotar. Alguns capitães que já estiveram lá afirmam que, com apenas dez naus, o governador da Índia, que conquistou toda Malaca, poderia subjugar toda a China ao longo da costa²⁷(Pires, 364)

Ou seja, coloca a China com rica, bela e honrada. Mas muito fraca e facilmente subjugada. Percebemos, portanto, essa visão de interesse de Pires para com a China, seu foco nas mercadorias e trocas realizadas na China, um bom detalhamento sobre os seus costumes com povos estrangeiros (quando relata sobre o sistema tributário e o isolamento tanto de Cantão quanto da própria China), e sobre a possibilidade de uma conquista do território como ocorrido em Malaca.

De tal maneira, podemos concluir, que a Suma Oriental de Pires, mostra o interesse do Governo Português sobre a China, um interesse de mercadorias e de uma possível conquista. Essa visão de conquista e de uma China subestimada será perpetuada nas Cartas dos Cativos de Cantão, que serão membros da Embaixada de Pires a China que, como vimos, será fracassada e seus membros presos.

4.2 Cartas dos Cativos De Cantão de Cristóvão Vieira e Vasco Calvo

A essa obra temos com o principal tradutor/modernizador Rui Manuel Loureiro, que a moderniza em 1992. A respeito da produção textual das cartas, é interessante inicialmente colocarmos o contexto que levaram tal escrita e a própria situação de seus autores.

Portanto, inicia-se com um breve detalhamento da Embaixada de Tomé Pires, a qual ambos os autores das cartas fizeram parte. Em 1517 chega no estuário de Cantão, Tomé Pires, na frota de Fernão Peres de Andrade, com o intuito de iniciar uma relação com a China aos moldes do sistema tributário que, como visto, já era conhecido por Pires. O contato inicial com

²⁷ Nom tiramdo a groria a cada terra bem parecem as cousas da chijna serem de terra homrrada & boa & Riqa mujto & pa o soJugar o gouerfitador De malaqa a obidiencia nossa avija mester nom tanto como Dizem por que he Jemte mujto fraca he ligeira De desbaratar e afirmam as paa capitães que mujtas vezes foram la que com Dez não soJugaria ho goVrnador das Jmdias que tomou malaca toda há china nas beiras do maar// (Ibid, pg.364)

os chineses em terra, segundo Loureiro (1992), foi amistoso, sendo bem recebidos, no entanto, com a demora de uma permissão para se seguirem em terra, ameaçam, segundo Wills (1998), irem sem ela, o que faz com que as autoridades da região permitirem que vá rumo a Cantão. Wills (1998) ainda coloca que a impaciência europeia e a suposição de reciprocidade nas relações exteriores se chocaram com a lentidão burocrática chinesa e a abordagem unilateral do governo chinês na gestão das relações exteriores. Os europeus também demonstraram uma infeliz tendência a rejeitar as explicações chinesas sobre suas decisões e interpretá-las como resultado do interesse próprio corrupto dos funcionários. O contato negativo entre os dois povos se seguiu, principalmente, como relata Wills (1998), quando escreve sobre o fator de que ao chegarem em Cantão, fizeram uma homenagem com disparos de canhão e que, somado com o fato de que a autorização de sua passagem não havia chegado ainda, criou uma grande confusão logo em sua chegada. Além, claro, do fator de que os chineses os reconheceram, além dos próprios portugueses terem falado que foram eles os responsáveis por terem dominado o reino de Malaca, reino que pertencia ao sistema tributário e, portanto, leal aos Mings, com o dever do Império Chinês de proteger quem era parte desse sistema. Ou seja, a China possuía uma visão de grande incerteza desse novo povo, incerteza nos seus costumes e interesses, somado com a visão negativa do domínio de uma área que era relativamente aliada aos Ming.

Wills (1998) ainda coloca outros fatores que ajudaram a criar uma visão negativa dos portugueses no Império.

Em agosto de 1519, Simão de Andrade, irmão de Fernão Peres de Andrade, chegou de Melaka com três juncos e rapidamente destruiu o frágil relacionamento que Fernão havia trabalhado tanto para construir. Em T'un-men, centro insular do comércio para todos os estrangeiros, ele construiu um pequeno forte, executou um português de forma cerimonial e impediu que outros estrangeiros (presumivelmente siameses e outros do sudeste asiático) negociassem antes dele. Ele e seus homens derrubaram o chapéu de um oficial que tentou impor a autoridade Ming na ilha. (Wills, 1998, pg. 337 – 338, tradução minha)

A chegada de Simão, segundo relata, foi um grande responsável para o aumento da visão negativa desse novo povo que adentrou a China. Apesar de tudo conseguiram chegar a Nanquim, onde o Imperador estava localizado, mas logo foram mandados para Pequim esperar a volta do Imperador.

Não houve uma rejeição conclusiva da embaixada até a morte do imperador em 19 de abril de 1521. O luto pelo imperador aparentemente exigia a suspensão temporária de todas as cerimônias e outros tratos com estrangeiros. No clima político alterado, com a ascensão temporária do Grão-Secretário Yang T'ing-ho e a mudança geral contra a influência dos

eunucos, a decisão de rejeitar a embaixada e proibir todas as relações com os portugueses, já provável antes da morte do imperador, tornou-se inevitável. A embaixada foi apressada para fora de Pequim pelos chineses no dia seguinte à morte do imperador e chegou a Cantão em setembro. (Wills, 1998).

Essa mudança drástica de política criou alguns conflitos em Cantão, o que incentivou ainda mais uma rejeição dos Portugueses dentro e na costa da China, sofrendo ainda mais uma política de isolamento. E fazendo com que os membros das embaixadas fossem presos e sofressem punições severas. Necessário destacar que, apesar de tal política de isolamento mais pesada, os interesses econômicos não permitiam uma total proibição, ou seja, apesar de uma proibição legal, o contrabando continuou e floresceu nesse período, muitas vezes incentivados por próprio membros da autoridade imperial na região.

Em relação aos autores, Cristóvão Viera era um dos membros da comitiva do embaixador Tomé Pires que foi a China já em 1517. Escreveu suas cartas do seu cativeiro em cantão, e conseguiu que fossem entregues aos seus compatriotas que comercializavam na região costeira. (Loureiro, 1996). Enquanto Vasco Calvo, era um mercador irmão de Diogo Calvo que comandava um navio para a China, chegando da região por volta de 1521. Nesse momento foi o simultâneo ao aumento do conflito entre os portugueses e chineses, que acarretou o aprisionamento de boa parte dos portugueses nas terras da China, como coloca Loureiro, “Na altura em que os portugueses negociavam em terra, chegaram de Pequim as instruções para as autoridades de Cantão embargarem todo o comercio com estrangeiro” (Loureiro, 1996, p.15) e ainda soma que “Vasco Calvo e alguns dos seus compatriotas foram imediatamente aprisionados mesmo antes do regresso da embaixada de Tomé Pires a Cantão” (Idem.)

As cartas provenientes de ambos se mostram como as primeiras informações mais detalhadas a respeito da China, sendo também, os primeiros testemunhos presenciais escritos por Europeus sobre a China após a euforia medieval para com o oriente. Esses relatos foram usados por muitos cronistas que escrevem sobre a China, com João de Barros e Castanheda.

A obra pode ser dividida em três pontos de interesse e foco: 1ª Um relato sobre os acontecimentos da embaixada; 2ª Características a respeito da geografia provincial, centros urbanos, administração, sistema judicial, condições das prisões, da vida cotidiana, do comercio e do governo. E, por fim, 3ª Um estudo e estratégias para uma possível invasão Portuguesa a China, colocando os pontos de ataque estratégicos, a capacidade militar da China, e uma possível adesão popular. (Oliveira, 2003).

Tem-se pela primeira Carta em tal documento, a Carta de Cristóvão Vieira, escrita em Cantão por volta de 1534. Segundo Oliveira, essa carta, de todas as três analisadas, “é a que oferece o mais detalhado retrato da China”. (Oliveira, 2003, p.442), pois o escritor não apresenta a obsessão em uma invasão ao território chinês, como Calvo, apesar de ainda escrever sobre as possibilidades de uma possível conquista portuguesa nessa região.

Inicia-se com um breve relato sobre a expedição da embaixada, escrevendo sobre a sua chegada em Nanquim e, após um tempo, a Pequim. Também relata sobre a doença e o falecimento do rei da China, logo após a sua chegada em Pequim e que já no “dia seguinte, [disseram] que nos viessemos a Cantão” (Vieira, p. 27). Ou seja, já após a morte do imperador as embaixadas como de costume aos chineses, são enviadas de volta, até a escolha de um novo imperador. Relata também alguns dos motivos que possam ter levado a visão negativa que os chineses apresentaram dessa embaixada, em principal, um possível erro e confusão na ora de traduzir a carta do Rei de Portugal ao Rei da China. Ao pegarem a carta para lerem “Pareceolhe a todos que enganosamente entraramos na terra da China pera lhe ver a terra, que era caso de engano a deferença das cartas [em que] foy escrita a carta ao rey”. (Vieira, p.28) Os intérpretes foram questionados, e como resposta “Diserão que as fizerão ao costume da China” e ainda que os portugueses eram “de longe terra e que não saberíamos; que elles não tinham culpa, pois fizerão a carta ao costume” (Vieira, p.28).

Interessante notar um evento que Vieira coloca em sua carta, a resposta do imperador Zhengde ao levante realizado pelo príncipe de Ning em 1519, a qual o Imperador foi pessoalmente captura-lo e executá-lo. “Esteve julgando hum seu parente que se alevantou contra elle, e o mandou queimar depois de emforcado”.

Relata outros adicionamentos que possam ter facilitado a uma visão negativa que os chineses apresentavam sobre os portugueses, as cartas que foram escritas contra os portugueses. “huma de dous madarys²⁸ em Piquim, outra dos mandarys de Cantão, outras dos melays²⁹”. (Vieira, p.28) Tais cartas diziam sobre os problemas que os chineses estavam tendo com os portugueses nas ilhas próximas de Cantão com a chegada de Simão de Andrade, Vieira, escreve o conteúdo da carta:

Manderys que forão à Ilha da Mercadoria a receber os direytos per mandado dos mandarys de Cantão, fazem saber ao rey como elle forão em tal anno e dia [e] era

²⁸ Mandarins, membros de alto escalão do sistema burocrático chinês, como explicado no Capítulo sobre a China do presente trabalho.

²⁹ Malaio

arrecadar os direytos. Virão gentes franges³⁰ com muitas armas e bombardas, gentes fortes, e não pagavão os direytos segundo o costume, e fazem forças³¹. (Vieira, p. 29)

Ou seja, um relato das ações portuguesas na costa, e claro, da conquista de Malaca, reino esse que como já dito era “vassalo” dos chineses, perante o sistema tributário. E já em seguida é colocada na carta, segundo Vieira, a realidade para a qual os portugueses iniciaram um contato com a China:

Dizião os melajos que o embaixador d’el-rey de Portugal que estava na terra da China que não vinhan de verdade, que falsamente era vindo da terra da China pera enganar, e que andávamos a ver as terras e que logo vínhamos sobre ellas (...) e tínhamos casa logo aviamos a terra por nossa, que assi fizéramos em Malaca e em outras partes, que eramos ladrões. (Vieira, p.29)

Após isso coloca o adoecimento do Imperador antes que ele pudesse verificar a veracidade das informações, e que os Mandarins não tardaram em expulsa-los e a proibir o comércio com os estrangeiros.

Há ainda outra descrição da visão que os chineses tinham sobre os portugueses, novamente relatos sobre as ações de Simão de Andrade, e como eles serão pautados como canibais de crianças, pois compravam meninos para se tornarem escravos, mas os chineses acreditavam que era para a alimentação. “furtava cães e que os comião asados” (Vieira, p.29), nesse trecho o copista coloca como cães, pois considera “inverossímil a acusação de canibalismo contra os portugueses” (Loureiro, p.62, Nota de rodapé), mas Loureiro pontua com ênfase e pautado em fontes chinesas que se referia a crianças, seguindo as ideias também de Chang e R. D’Intino. Também cita o fato dos portugueses quererem tomar o direito dos siameses e a não pagar nenhum tributo para comercializar. E que possuíam “fortalezas feita de pedra, cuberta de telha e cercada d’artilharia, e dentro muitas armas”.

Dessa forma, pode-se ver nesse momento a visão e o choque entre Portugal e China, observando em particular, uma visão dos chineses de dentro do território, fora das áreas comerciais, fora dos centros semilegais de comercio. Um Portugal perigoso e ameaçador, que não entende e não busca entender os costumes e nem respeitar a gente da China. Tal visão decerto, ao observar todo o avanço e estratégias de contato com os outros povos da Ásia, tendo em vista principalmente o caso de Malaca, não é uma visão tão longe da realidade, valendo destacar o destaque que os portugueses, antes mesmo de adentrarem o território, como foi visto

³⁰ Forma de se referir aos Europeus, como “Francos” possivelmente vindo dos Muçulmanos em decorrência das cruzadas, se referindo mais precisamente aos descendentes de Carlos Magno.

³¹ Segundo Loureiro nas notas, coloca que isso provavelmente se referia a criação de fortes.

com Pires, possuía em uma possível dominação do território, e que perpetuará com mais força nas cartas desses cativos.

Continua com um relato de sua prisão e de seus compatriotas, destacando muitas vezes onde Pires era levado e seu contato com seus captores. Relata uma das demandas dos chineses para uma possível liberação, demanda essa que será sempre pautada quando no futuro buscará uma volta dos laços sino-portugueses durante a metade do século XVI. “Disse que mandava o rey que entregasse el-rey nosso senhor a terra de Malaca aos melajos, que lhe tinham tomada” (Vieira, 30). Ou seja, buscavam a devolução da terra de Malaca conquistada por Albuquerque. Quando Pires nega e nem busca negociar tal coisa, é dito que o seu aprisionamento piorou, sendo, Pires de maneira específica levado a uma prisão bem mais rígida, mas os seus compatriotas seguiram quase o mesmo destino, apenas indo para uma prisão diferente.

Segue relatando os presos e as perdas portuguesas nesse período, com uma grande quantidade de pessoas que foram capturadas e muitas mortas, além de terem suas mercadorias “roubadas”. Sobre uma frota que vai a China, “dizem, de mil e quinhentas pessoas arriba, afora as cabeças dos mortos, que era grande quantidade” (Vieira, p.33). E denuncia a violência presente nessas condições, “muitos mortos às pancadas e à fome nas cadeas”. Sobre uma frota portuguesa relata: “Forão estas vinte tres pessoas feitas em pedaços cada huma, scilicet, cabeças, penas, braços e suas naturas nas bocas, o tronco do corpo em redondo pella barriga em dous pedaços” (Vieira, p.35). Ainda soma, dizendo que isso ficava a mostra em Cantão, para tanto o povo do território quanto os estrangeiros verem, sobre a cabeças de capitães de navios estrangeiros, em sequência desse mesmo acontecimento soma, “forão vistas pinduradas pollas ruas e depois deitadas nos monturos”. Dessa forma ficava claro que nenhum mais estrangeiro ou portugueses ficassem em terra. Vieira, portanto, relata a tamanha atrocidade com o qual os chineses lidaram com os portugueses, e estrangeiros de maneira geral, nesses pós primeiros momentos, após o fracasso da embaixada, ou seja, logo seguinte o primeiro contato com os chineses, o território passa por uma aversão a estrangeiro, que sempre existiu, mas apresentou mais força nesse momento, com pouca tolerância a estrangeiro que pisassem agora em terra.

Vieira também nos apresenta a um bom relato sobre as “governanças” da China, sabendo adequadamente como era dividida, suas cidades principais e o centro político. Fazendo uma descrição detalhada da divisão política e geográfica do território chinês, colocando que “hé devidida em XV (15) governanças” destacando algumas que estão no mar, mais próximas do contato e do interesse dos portugueses. “As que estão pegadas ao mar são: Quantão, Foquiem, Chequeam, Namquy, Xantão, Pequí”. Também pontua com exatidão as duas principais cidades

ou centros governamentais da China, Pequim e Nanquim. “Destas XV, Nãoquim [e] Pequim são as cabeças de toda a terra”, colocando com exatidão as duas principais cidades, a “nova” capital Pequim, e a antiga, que ainda se apresentava como importante centro administrativo, Nanquim. Compreende também que entre as duas Pequim é o mais importante, onde o imperador reside. “Pequim hé a principal, onde o rey per ordenança está d’ assento”. Coloca outra vez com exatidão que toda essa terra da China é governada por um rei, “Todas estas 15 governanças são debaixo de hum rey”, ou seja, compreende que existe um rei que controla essas regiões, que tem o poder sobre elas.

Em relação a aspectos mais geográficos, coloca sobre como a China é navegável, ou seja, que é possível e até coloca a necessidade, do uso dos rios para andar pela China, principalmente as regiões mais povoadas e de interesse do reino, além de colocar que a principal forma de escoamento das riquezas é pelos rios. “O melhor desta terra está por rios, que todos decem ao mar” (Vieira, p. 40). E coloca a sua experiência quando foi a Pequim, “A terra por onde fomos tudo são rios”. Com uma enorme presença de barcos, “Eu me affirmo que veria mais de 30000, antre grandes e piquenos”. E ainda coloca o motivo do Imperador residir em Pequim, pois também entende e escreve que o local onde está a capital apresenta poucos recursos que não consegue abastecer sozinho, precisando de mantimentos de outros locais, pois se não tivesse “não se poderia soste Pequim, porque hé gente sem conto, e a terra não teem arroz por se fria he de poucos mantimentos”. Mas sabe o motivo da presença do rey no local, “O rey está nesta governança que está no estremo da sua terra porque teem guerra com gentes chamadas Tazas; e se o rey lá não estivesse, entrarião a terra”. Ou seja, reconhece que havia um perigo nas fronteiras norte do Império, e entende o motivo da localidade da capital, que de fato era um dos motivos, considerando que os Tazas que Vieira coloca sejam na realidade os mongóis.

Logo a frente volta a escrever sobre a importância dos rios para a locomoção na terra, principalmente no escoamento de mercadorias e mantimentos. “Per todo o caminho é por rios” (Vieira, p.42). Coloca o motivo da preferência por caminhos pelos rios do que por terra, principalmente pela alta quantidade de rios, como coloca “[...] toda a China é cortada dos rios, que não se podem andar duas legoas por terra sem atravessar vinte rios”, mas também porque “os caminhos da terra não são seguros”.

Contribui com um bom relato sobre a importância da cidade de Cantão:

Esta governança de Cantão hé das milhores da China, de que o rey recebe muitas rendas, porque hé d’arroz e mantimento sem conto, e todas as mercadores de toda a

terra vem aqui deferir, por rezão da escala do mar e das mercadorias que dos outros reinos vem a Cantão; e toda passa para dentro da terra da China, de que o rey recebe muitos direytos (Vieira, p.42)

Dessa forma observar-se que Vieira já compreendia a importância de Cantão para a riqueza do reino da China, fato esse muitas vezes negligenciado na corte dentro do Império, que via a região como um problema, por conta da pirataria e do contato com o estrangeiro. Também pontua um fator interessante, como era a situação dos mercadores chineses nessa província, “os mercadores vivem mais limpamente que nas outras governanças que não tem trato” (Vieira, p.42), entendendo também a situação dos mercadores na China, que eram mal vistos, um trabalho que não tinha valor, apesar de muito requisitado. E Vieira indica nessa carta que diferente das outras regiões da China, em Cantão tal trabalho era mais respeitado. Claro, pode ser um entendimento equivocado, pois se considerarmos os mercadores como estrangeiros, que ele coloca logo em seguida, pode tirar tal interpretação. Apesar que logo em seguida Vieira pontua separadamente o caso dos estrangeiros, “Nenhuma governança da China tem trato com estrangeiros senão esta de cantão” (Vieira, p.42). Isso nos permite compreender também a situação na qual os estrangeiros eram vistos, apesar de já sabida, vemos em primeira mão por relatos de Vieira, sobre o preconceito e o isolamento que possuíam para com estrangeiros, “gente estranha não entra na terra da China, nem da China pera fora” (Vieira, p.42). Ou seja, a política de isolamento que existiu na China e nesse período com uma volta de vigor. Indica também o nível de povoamento dessa região, onde coloca que “daqui se podem tirar cada anno quatro, cinco mil homens sem fazerem nenhuma mingoa na terra”. (Vieira, p.43). Indicando uma grande quantidade de pessoas, “É muito povoada nesta falldas”. Quando fala dos caminhos dos rios da província, e sobre a vilas, cidades e centros da província.

Segue a carta com um relato sobre o sistema político na escolha dos membros da justiça de uma província, sobre isso coloca: “O estilo desta terra da China hé que todo homem que ministra justiça não pode ser daquela governança, scilicet, a pessoa de Cantão não pode em Cantão teer carrego de iustiça” (Vieira, p.43). Ou seja, faz um relato que na escolha de membros da justiça de uma província não pode ser escolhido pessoas que são de tal província, para que não tenha um contato com a elite local. Sobre esse estilo de escolha Vieira crítica pois pontua que “Daqui vem que nenhum iulgador da China não faz verdade, porque não oulha pollo bem da terra, senão por furtar, porque não hé natural dela” (Vieira, p.43). Dessa forma, entende que os julgadores por não serem do local não tem receio em roubar, ser corrupto, pois não tem uma ligação com a província que está. Além disso, sobre os membros políticos, pontua uma visão

negativa deles colocando que tais membros “nem tem amor há gente; não fazem senão roubar, matar, açoutar, pôr tormentos ao povo” (Vieira, p.44). Adiciona sobre o pensamento do povo a respeito do poder e autoridade política, “Daqui vem o povo não teer amor ao rey e aos mandarins, e cada dia se andão allevantando e fazem-se ladrões; porque o povo é roubado, [e] não teem vinha nem donde comer, hé necessário que se faça ladrão”. (Vieira, p.44). Loureiro (1990) coloca que tal visão negativa pode ter tido influência de sua prisão e buscava dar a ideia ao rei que o povo não era unido, para uma possibilidade de adesão popular em uma possível conquista próxima. No entanto como vimos no Capítulo 3.2 do presente trabalho, a China sim apresentava um grande problema de corrupção, e realmente uma crise, na qual o povo era forçado a atividades ilegais como a pirataria e a se tornarem ladrões como alternativa, mesmo e principalmente, membros do exército imperial, portanto, apesar que, provavelmente, Vieira possuía uma inclinação negativa a respeito da autoridade da China, apresenta nessas escritas possíveis verdades.

Também faz uma descrição das armas utilizadas pelos chineses, “As armas da terra da China são treçados de ferro curtos, [com] punho de pao [e] tiracolo de corda d’esparto” (Vieira, p.44). para a “gente d’armas”. Já os mandarins possuem “lanças teem canas; os ferros são pregos e ganchos”. E soma, “Antes de virem portugueses não tinham bombardas” (Vieira, p.44). O povo comum não pode ter armas, além de facas.

Segue, enfatizando ainda mais a ideia de Viera apresentar um maior foco nos lados negativos da China, um grande relato sobre os castigos e penas, colocado como “As mortes na terra da China”. Nesse paragrafo relata muito sobre a tamanha crueldade que era algumas punições. Colocando como a mais cruel aquela na qual o indivíduo “hé posto na cruz”, e daí é retirando “três mil fatias e estando vivo”, partindo para abri-lo e “tiran-lhe a fresura”, que é dada para os “algozes comerem”, e por fim fazem em pedaços e dão para cães que estão ali exatamente para isso. Mas também dão para comer a “capitães de ladrões a quem elles querem” (Vieira, p.44). A segunda mais cruel é ter a cabeça cortada “e sua natura cortada e metida na boca” e tem o corpo feito em sete pedaços. Terceira, cortar a cabeça. E quarta é afogar. Por último, coloca que em casos menos graves de pessoas com maior poder, são apenas expulsos da província. Também descreve os tormentos que praticam, e fala que a realização de tormentos é muito comum, e que o povo é muito medroso para ir contra o mandarim que abusa desses tormentos.

Continua agora fazendo um relato sobre o imposto sobre terra, que o coloca como abusivo, e que muitos não conseguem pagar por conta do tempo e “ficão pobres; vendem os

filhos para pagar; se não abasta vende as próprias propriedades” (Vieira, p.45). Sempre com uma visão negativa, o que vai diferir, de escritas posteriores sobre a China, que sempre a colocara como mística e perfeita. Pontua também que como imposto também são obrigados a enviarem homens para trabalhar para a esfera pública, seja nos quartéis, no palácio ou nas casas dos mandarins.

Faz também uma breve descrição das cidades e vilas, descrevendo os seus muros largos. E que, segundo Vieira, “Não teem mais fortalezas”, no entanto, os muros são abertos ao nascer do sol e fechados no final do dia, sempre de maneira rigorosa e a cargo de um mandarim, sempre tendo pessoas para guardar, dez de dia e doze de noite. E que “Tudo se vigia grandemente; temem-se dos naturaes”. Coloca ainda um rigoroso controle na movimentação do povo, “E nenhuma pessoa pode sair do lugar donde mora de vinte legoas pera cima sem carta dos manderins; se sem ella hé achado, prendem-no por ladrão”. (Vieira, p.47). Ou seja, Vieira, coloca aqui o povo chinês rigidamente controlado pelas autoridades, sendo necessário até mesmo uma permissão dos mandarins para podem se locomover para longe de onde mora.

Novamente volta a comentar sobre Cantão, dessa vez colocando as consequências do banimento do comércio exterior causou na região. Coloca que “Era a gente mais abastadas que as outras governanças”. E que agora, “As mercadorias agora não acodem aqui, nem há hy mercadorias nem mercadores”, que foram todos “destroidos por respeito de portugueses”. Adiciona que “[A] esta cidade, por não acodirem estrangeiros, não acodem mercadorias das outras governanças”. Outra a mais rica das governanças agora “estáa pobre no presente”. Ainda comenta sobre o caso de houver um levante contra o rei da China em Cantão todas as outras terras farão semelhante. E sobre o poderio militar de Cantão, pontua que “Não fazem armadas nem iuncos em que as queirão fazer. Nã[o] tem agora mais força que hé a dos muros de Cantão”. Ou seja, coloca a fraqueza militar de Cantão. Coloca também sobre a força armada que estava sendo preparada para combater os estrangeiros que ali poderiam vir, sobre isso Vieira escreve que “Nesta armada que os chins fizerão, aguardando polla nossa, não avia nenhum homem d’armas dos ordenados da China, tudo era gente dessas povoações, e iuncos tomados por força, e gente fraca e vil, e o mais meninos”. (Vieira, p.50). No entanto coloca que mesmo essa fraca armada é “cada hum delles hé melhor que quatro homens d’armas” colocando o exército imperial como mais fraco que o povo comum.

Ao relatar sobre o sofrimento do povo comum aos abusos da autoridade, deixa claro que “o povo hé tão sojeito e medroso que não ousa falar” (Vieira, p. 51). E sobre esse povo fala

sobre a possibilidade de aderirem ao levante contra a China caso os portugueses tivessem interesse. “toda a gente deseja revolta e vinda de portugueses”.

A carta de Vieira indica algo um pouco diferente das escritas sobre a China nesse período, uma visão negativa e de certa maneira mais realista do território, pois sofreu e vivenciou muito do que escreveu, claro, que como Loureiro pontua, o fato de ter sofrido e sido preso na China obviamente auxiliou em uma visão bem mais negativa e de exageros do que realmente era a sociedade chinesa da época, mas é interessante observarmos essa visão mais negativa sobre a China, pois nos indica um olhar diferente do que será visto na próxima obra, após a Carta de Calvo.

A carta de Calvo já inicia mostrando o seu objetivo, pontuando a possibilidade de um fácil domínio da China pelos portugueses, colocando que caso o Rei de Portugal enviasse a frota que ia a Goa toda ano com “três mil homens” (Calvo, p.85). “Com as costas dos portugueses irão tomando a metade da terra da China, se ahí ouvesse gente pera soste tanta cidade e tanta cópia de villas, que tão fraca gente hé e não têm maneyra nenhuma de defendimento”. Ou seja, começa já pedindo uma invasão da China, e coloca o seu povo como fraco e sem capacidade para se defender, com o mesmo pensamento de Vieira. Sempre colocando o povo chinês como fraco, e a autoridade como corrupta e abusadora.

Como Vieira, Calvo coloca a importância de Cantão e o quão rico ela era em seus relatos. E seu grande contingente de navios que iam para lá comercializar, enfatizando a utilização de rios para o transporte dessas embarcações. Ambos colocam, como Oliveira ressalta, Cantão como o ponto de partida para uma invasão na China, coincidentemente localidade onde ambos estão presos, e uma invasão abriria a possibilidade para a sua soltura. Apesar, claro, Cantão realmente era um dos mais importantes centros comerciais do Império Chinês, mas apresenta nos relatos dessas cartas um certo exagero sobre a possibilidade de o povo da terra auxiliar os portugueses em um levante contra o Imperador.

Faz também um relato sobre as capacidades militares do povo, colocando que o povo “não têm cousa nenhuma d’espada nem frecha. Somente o povo, quando se recrece algum alevantamento, fechão as portas e cada hum se mete em sua casa” (Calvo, p.89). Nisso se percebe duas coisas, a capacidade militar que Calvo coloca do povo, uma capacidade basicamente nula, segundo ele. E também, é perceptível que os deixa com um caráter de medrosos, que não buscam lutar, mas sim fugir e se esconder. Essa foi a visão que tanto Calvo,

como Vieira, transmitiram em sua carta sobre o povo. Pois tal visão, poderia facilitar um interesse maior do Rei de Portugal de uma invasão na China.

No entanto, novamente compactuado com Vieira, Calvo ressalta a riqueza existente de mercadorias nessas terras. Principalmente o quão grande e rico é o centro comercial de Cantão. “hé cousa rica, de grandes rendas e de palmares e arequas”. (Calvo, p.97). E continuamente ressalta a insubordinação do povo às autoridades. “não há-de ter quem a governe, nem a quem obedecer, porque ão-de matar os mandarins ou fogirem, que a gente hé muito pobre e maltrada dos mandarins que governão”. (Calvo, p.97). Ressaltando os abusos da autoridade para com o povo. Adiciona sobre a possibilidade de uma dominação de Cantão, colocando que essa região “não teem, senhor, nenhuma maneira de socorro” (Calvo, p.97). E que caso conseguia conquista-la, criara uma fortaleza. Também relata que essa conquista possibilitaria uma grande riqueza, “destas cidades [e] destas ilhas tirar-se-há grande riqueza em grão maneira, como a terra assentar, que são as rendas muy grandes”.

Sobre o povo, nesses seus escritos sobre a possibilidade de invasão, escreve que seria mais fácil tomar Cantão do que Goa pois a gente da China é “muito fraca em grão maneira” (Calvo, p.97). E que “não tem lealdade com o rey, nem com pay, nem com may, não andão senão com quem pode mais, que tem cousa tam boa se deixa d’alcaçar assi, pollo conseguinte” (Calvo, p.97). Novamente uma retomada da ideia de um povo fraco, e sem lealdade, prontos para aceitarem um domínio português caso os favoreça. E continua sobre o pedido e estratégias para a invasão, “Vind huma frota com tres mil homens, farão huma fortaleza na cidade”. (Calvo, p.98) sobre a facilidade e o contingente de pessoas necessárias para a dominação da cidade. Cita a possibilidade de fazer fortaleza em uma “igreja dos chins”, e segue detalhado plano de invasão e possível sequência para a província de Foquiem, além da possível repressão que poderiam sofrer do Império Chinês.

Termina sua carta colocando uma informação interessante, e segundo Loureiro nas notas, inédita. Que o Imperador possuía o título de “filho de Deus” e que chamam a terra de “terra de Deos”, e “toda outra gente de fora da terra chamão ‘salvagens’” (Calvo, p.102). Por fim escreve sobre a sua doença que estava se agravando, e sua constante preocupação em escrever tal carta escondida dos chins, e assim termina sua carta.

Percebemos em ambas as cartas uma visão bem mais negativa sobre a China do que será vista em seguida, retomando novamente essa ideia, pode-se colocar o motivo de cárcere que seus autores viveram, mas não se pode negar que estavam presentes dentro da China e

presenciaram em primeira mão o que escreviam. Deve-se colocar também o aumento do conhecimento sobre o território, sobre as províncias e cidade principais, que foi um enorme avanço comparado a obra de Pires. A visão fraca e medrosa do povo além de sua insubordinação não pode ser lida apenas como estratégias para a aceitação de Portugal da invasão. O povo realmente sofria pelos mandarins, que possuíam enorme autoridade principalmente em áreas longe do controle imperial forte, como as zonas costeiras de Cantão, onde os funcionários públicos de alto cargo possuíam uma maior liberdade para seus abusos, e sempre com o medo constante do povo dos castigos chineses, que como relata tanto Calvo como Vieira, eram extremamente pesados, principalmente ao povo comum. O fator da insubordinação levando em conta os levantes e revoltas, realmente era comum na China, principalmente em épocas de crise, como estiagens, que sempre aumentava o número de criminosos e de levantes contra as autoridades. Essa foi a visão realista em alguns aspectos e pessimistas e de subestimação em outros, que as cartas trouxeram para Portugal e para Europa.

4.3 Algumas Cousas Sabidas da China de Galiote Pereira

Galiote Pereira foi um navegador e comerciante português que viveu durante o século XVI. Filho do alcaide-mor de Arraiolos, nascido entre 1510 e 1520. Embarcou para a Índia em 1534, integrando a armada do vice-rei Martim Afonso de Sousa. Durante sua estadia no Oriente, Pereira fez uma vida de soldado-mercador, participando em conflitos regionais e envolvendo-se em atividades comerciais em nome da Coroa portuguesa.

Em 1539, Pereira serviu em Malaca e posteriormente partiu para a China, onde foi capturado por autoridades marítimas chinesas em 1549, sob a alegação de pirataria. Como prisioneiro na China, Pereira teve a oportunidade de conhecer de perto a sociedade chinesa, sua cultura, sistema judicial e administrativo. Após sua fuga do cativeiro, Pereira redigiu, ou ditou um extenso relato sobre suas experiências na China, conhecido como "Algumas Cousas Sabidas da China". Vale destacar que a escrita de sua obra ainda é uma parte obscura, sabe-se ao menos que foi copiada ou escrita por um jesuíta que entrou em contato com Pereira, o que pode explicar alguns escritos do texto como “como eu falei”, “da forma que eu disse”, além de erros de concordância ou partes na qual o autor pontua que “como eu disse sobre” sem em qualquer parte do texto ter comentado a respeito desse tema.

Galiote Pereira é reconhecido por ter sido um dos primeiros portugueses a escrever exclusivamente sobre a China, oferecendo um testemunho valioso e único sobre a vida e as práticas da China quinhentista. Sua obra contribuiu significativamente para a compreensão e divulgação da cultura chinesa na Europa, influenciando outros autores e viajantes da época. Sua obra influenciou grandes escritos do período que foram divulgados por toda Europa como o Tratado de Frei Gaspar e as Viagens de Fernão de Mendes Pinto. Apesar de sua obra original não apresentou tanta divulgação, suas ideias foram amplamente difundidas.

Um ponto de atenção a respeito da história de Pereira na China, foi o seu aprisionamento, que se difere de Cristóvão Vieira e Vasco Calvo, pois ao contrário de ter uma visão negativa a respeito do sistema judiciário Chinês Pereira, como veremos, demonstrará maravilhado com a Justiça desse sistema. Isso se dá em conta dos acontecimentos de sua prisão e o seu desenrolar. Os dois juncos capturados pelas autoridades chinesas foram postulados como piratas, e logo após a captura alguns dos portugueses e seus escravos foram executados, essa execução foi realizada sem a confirmação imperial, o que, segundo as leis chinesas, é uma ofensa extremamente grave. Para tanto, opositores do “vice-rei” da região (Fujian e Guangdong) conseguiram que a corte imperial realizasse um inquérito a respeito desse julgamento, e foi provado a falsidade das acusações de pirataria, acabando com o suicídio do vice-rei, e os portugueses sendo salvos da execução, condenados agora ao exílio na província de Guangxi.

Dessa forma é possível compreender o motivo de Pereira diferente de seus dois compatriotas possuir uma outra opinião sobre o sistema judiciário e administrativo da China, além de possuir uma visão mais positiva sobre a China no geral, sem nenhum ressentimento.

A obra pode ser dividida em três partes, a primeira sendo a organização político e administrativa da China, na qual relata sobre as divisões do território em províncias, a estrutura do governo chinês, os cargos de autoridade e, com um foco principal, a forma como poder era exercido. A segunda engloba a “vida cotidiana” ou a vida nas cidades, nessa parte Pereira se desdobra sobre alguns costumes dos chineses, os seus hábitos, a sua arquitetura, o comércio, o transporte, e um pouco sobre a vida social. Nessa parte concentra mais sobre a organização das cidades, das prisões e de aspectos únicos da sociedade chinesa nessas zonas. Por fim, faz um relato sobre a sua jornada como prisioneiro, indo do Fujian para Guangxi, escrevendo sobre as coisas que via em sua jornada, como as grandes quantidades de barcos, as cidades em que passava e o caminho que percorreu.

O Tratado começa por referir sobre a divisão territorial da China, escrevendo que “é repartida em treze províncias” (Pereira, p.13) que antes separada agora estava unida por um só rei. De fato, como Loureiro escreve nas notas, a China Ming estava dividida em treze províncias e duas áreas metropolitanas, no entanto, diferente de seus antecessores como vimos (Os Cativos e Pires escrevem sobre a existência de quinze províncias, pois contam Pequim e Nanquim como provinciais a parte) Pereira coloca a existência apenas treze e inclui nessas trezes Pequim e Nanquim, o que acaba por faltar Shandaong, Shanxi, Shenxi, Yunnan ou Henan. As províncias que cita são: Fujian, Guangdong, Chekiang, Shun-tien-fu (Nome dado a Área metropolitana de Pequim, segundo Loureiro), Chelim (Nome dado a Área metropolitana de Nanquim, segundo Loureiro), Jiangxi, Guizhou, Guangxi, Confu³² (Hukuang, antiga província da China), Henan ou Yunan, Sichuan. Das quinze províncias do período Pereira enumera apenas onze. Apesar de não colocar todas as províncias apresenta um conhecimento sobre as “cidades cabeças” de algumas províncias e o número aproximado de cidades, mostrando que possuía um conhecimento mais aprofundado.

Em seguida, Galiote Pereira descreve o sistema administrativo chinês como um sistema complexo e eficiente, organizado em diferentes níveis de autoridade e com uma estrutura hierárquica bem definida. Ele destaca a importância da centralização do poder e a forma como o imperador exercia controle sobre todo o império.

Pereira utiliza uma linguagem comparativa, comparando o sistema chinês com o sistema português da época. Ele descreve os cargos de autoridade chineses utilizando termos portugueses, como "tutão" (governador), "chaem" (corregedor) e "louteas" (juízes).

Ele destaca a importância da centralização do poder, com o imperador no topo da hierarquia, e a forma como o poder era delegado para diferentes níveis de autoridade, desde os governadores provinciais até aos juízes locais.

Pereira também enfatiza a importância da burocracia e da comunicação eficiente. Ele descreve como os relatórios mensais eram enviados de cada província para a corte, e como o imperador pessoalmente lia e respondia a cada um deles. Essa comunicação constante permitia que o imperador tivesse conhecimento de tudo o que acontecia em seu império.

Pereira demonstra admiração pela organização e eficiência do sistema administrativo chinês, contrastando-o com a realidade de outras sociedades da época. Ele destaca a importância

³² Loureiro e outros colocam a dificuldade em designar a qual província Pereira se referia nesse caso, pontuando um possível erro do copista, colocam a possibilidade de se tratar da província de Hukuang

da centralização do poder, a hierarquia bem definida e a forma como o imperador exercia controle sobre todo o império. Ainda demonstra saber a localização da capital e onde o rei se reside, “Está sempre el-rei de assento nesta grande cidade de Paquim (Pequim)” (Pereira, p.17). A respeito desse sistema administrativo, é perceptível a sua opinião a respeito, “é a terra melhor regida que se pode haver no mundo” (Pereira, p.17), ou seja, mesmo em comparação com o seu próprio país, Pereira destaca a “superioridade” administrativa da China, enquanto também tecia críticas a sociedade e justiça portuguesa. Ao longo de sua obra será ainda mais perceptível as comparações com a Europa.

A respeito do sistema judiciário, Pereira já inicia-se com louvores sobre o sistema judiciário chinês em comparação com o Europeu. “[...] estilo que os chins têm em o fazer de sua justiça, para que se saiba a vantagem que nos estes têm sendo gentios, e nós cristãos, tanto mais obrigados a fazer a verdade e direito”. (Ibid, p.29). Analisando esse trecho, Loureiro coloca nas notas, que isso mostra um elogio ao sistema judicial chinês, “comprando-o em termo de superioridade à justiça praticada na Europa”. Descreve sobre como a China toda é repartida e que o rei “está sempre na grande cidade de Pequim”. E que os governadores e regedores que servem como “cônsules”, são “postos uns e tirados outros tantas vezes que não tem nunca tempo para criar malícia”. Além disso, soma sobre um fator importante no sistema chinês na qual os governadores de uma determinada província “hão-de ser doutras muito longe”. Para que não houvesse interesses pessoais ou de vínculo.

Sua admiração pelo sistema judicial é explicada em decorrência, principalmente, pela sua experiência com ele. Sendo acusado como pirata e logo depois ser provado inocente, e seus captores executados, indica bem sua boa opinião. Ele mesmo explica, que, mesmo sendo estrangeiro e desconhecido no novo país, a justiça ficou em seu favor. “E quanto a serem gentios, não sei outra prova melhor para louvar sua justiça que ser-nos guardada a nossa, sendo cativos e estrangeiros” (Ibid, p.33), e ainda coloca que caso um cristão “que assim foram tomados uns homens como nós não conhecidos” não saberia se a “justiça” seria realmente alcançada.

Parte agora para um relato sobre as cidades chinesas sua geografia e arquitetura, a vida cotidiana que Pereira presenciou em seu trajeto e um pouco sobre as condições das prisões chinesas e como funcionava o sistema carcerário.

Pereira, como outros escritores da época, pontua com muita ênfase em como o território Chinês é cortado por longos rios, e que de tal forma, são usados por transporte, sempre

apresentando grandes quantidades de barcos em seus trajetos. Ele descreve os rios como “tão grandes” que “somente quem o vir o pode crer”, e destaca a sua importância para a navegação e para o comércio. “esta terra da China é toda lavrada de rios, de maneira que se navega de umas cidades para outras por eles, a maior parte deste caminho é em praus” (Pereira, p.18). Descreve ainda, com entusiasmo a intensa atividade fluvial da China, retratados os rios como artérias pulsantes de vida e comércio. Ele se impressiona com a quantidade de embarcações que cruzam os rios, e com a organização do tráfego, “Onde se ajuntam estes rios que vêm entrar no mar, há em todos, aonde ainda não chega água salgada, todo o mês de Março e Abril, grandíssima soma de barcas- e destas embarcações há infinidade na China”. Relata sobre uma cena que observou pessoalmente na terceira parte de sua obra, onde mostra a variedade e quantidade de embarcações,

Chegámos a esta cidade Quam-chefu, onde era já o rio tão grande que parecia, mar, sendo-o donde tomámos as embarcações tão estreito e baixo, que foram muito pequenas. [...] chegámos a uma ponte de barcas muito grandes fechadas com duas cadeias em extremo muito mais grossa que as que ali tínhamos visto. [...] foi a ponte aberta para ambas as bandas e começaram a passar tanta soma de embarcações grande e pequenas que as pusemos em mais de seiscentas (Pereira, 45)

Nesse trecho, Pereira, relata sobre a importância dos rios para o comércio e abastecimento da China, sendo usada com um dos principais meios de transportes de mercadoria, e usados para navegar até a capital, caminho esse que Pereira realizou, e por isso demonstra um conhecimento a respeito da importância do sistema hidroviário chinês, pois ao longo de todo o caminho de Fujian até onde foi exilado usou em sua maioria rios. Além disso, escreve sobre a grande organização dessas hidrovias, com portões, guardas e horários para a liberação das embarcações, além do pagamento de taxas. Ainda sobre isso escreve: “E soubemos que se faz isto assim desta maneira, assim todos os dias, por causa de ser este um dos principais passos por onde passam muitas fazendas que pagam direitos” (Pereira,45).

Descreve também sobre o sistema de segurança que existia nessas hidrovias, na qual para se assegurar a proteção das embarcações “todo um mês de caminho, a cada légua das suas, que são dez numa nossa, [têm] uma vigia”. Que consistia de “armada (barcos de patrulha) e paraus pequenos que vigiam toda a noite de uma banda para a outra”. (Pereira, p.47). Em lugares mais perigosos “há sempre armadas de quarente e cinquenta paraus que vão e vêm em companhia destes outros de fazenda”, e coloca que tudo isso era às custas do rei, onde deixa sua admiração “Pareceu-me isto em tanta maneira muito e tamanha grandeza que o quis aqui

escrever por uma das grandes coisas que vi nesta terra”. (Pereira, p.47). Loureiro usa tal trecho para pontuar uma possível comparação com a insegurança que eram os caminhos na Europa.

A povoação da terra também é citada por Pereira, “tão povoada, que nunca andam meia légua que não achem vila ou lugar ou venda”. “Os caminhos tão cheios de gente, que e cada pé de pinheiro, donde parece impossível haver gente nenhuma, saem uma soma de meninos”. (Pereira, p.18). Nesse relato escreve sobre os caminhos terrestre que percorre por toda a China, e que muitos são densamente povoados mesmo em áreas rurais, em caminhos longe das cidades principais. Ainda sobre o povoamento da terra, escreve sobre como essa quantidade de pessoas é aproveitada. “Esta terra é muita povoada e por esta causa muito aproveitada, de maneira que um só palmo de terra não deixam de lavrar” (Pereira, p.20). Ou seja, em boa parte dos caminhos que Pereira percorreu, segundo escreve, possuía terra útil. Descreve também o uso de bois na lavoura, “E em todo caminho não vimos mais que somente os bois que têm os lavrados para suas lavouras” (Pereira, p.20), destacando aqui o uso de apenas um boi, diferente de Portugal onde se utilizava vários para fazer a mesma tarefa. E ainda adiciona “Porque eles fazem tudo por engenho e nós por força”. Pereira está dizendo que os chineses apesar de usarem menos bois, conseguem realizar o trabalho com a mesma eficiência, utilizando a inteligência e criatividade. Já os portugueses dependiam mais da força bruta. Esse trecho mostra novamente um elogio a China, mesmo em comparação com Portugal. Vale destacar que, mesmo colocando a quantidade da população de “sem conto”, ainda observa, como a maioria dos europeus que escrevem sobre a China, que a população é “fraca”, e sugere que a China pode ser facilmente conquistada.

Aprofundando um pouco mais sobre os animais da China, coloca a pouca quantidade de vacas, como ele escreve anteriormente, causa um interesse pelo esterco humano, que é comprado em troca de alguns itens, e isso, “é bom costume este pela grande limpeza das cidades, e em extremo andam deste género de sujidade limpas” (Pereira, p.20). Ou seja, Pereira exalta a limpeza das cidades chinesas, principalmente em relação com a Europa da época. Ressalta o uso do porco como principal carne, “Os chins naturalmente são os maiores comedores do mundo, e comem tudo, em especial porco” (Pereira, p.21). Escreve também sobre comidas exóticas ou “sujidades” para os portugueses, como “cães, gatos, sapos, cobras”. Interesse notar que pontua as características de alguns gentios (não cristãos) de não comerem algum tipo de carne específica, como os hindus e que os chineses não apresentam esse tipo de restrição. Como Loureiro (1922) escreve em suas notas, “dos povos asiáticos que os portugueses tinham até então contactados obedeciam a variados tabus alimentares”. Enquanto

os chineses comiam todo os tipos de carne, animais até que “repugnava os europeus”. Apesar de escrever sobre alguns animais que comiam, não relata nenhum animal exótico que pouco se via ou falava na Europa, ou sobre como eram criados os animais em cativeiros, ou como eram preparados os animais para comer.

Em relação ao urbanismo Chinês, Pereira faz um longo relato, sobre as cidades a qual passou, e como funcionava alguns aspectos do ambiente urbano chinês. “Todas as cidades são muito formosas, principalmente as entradas, e as portas em extremo grande, forradas de ferro. Têm em cima muito grande torres, até o andar do muro de pedra ou tijolos”, mostrando a importância dada a segurança de cada cidade, com grandes portas, altos muros, e torres. Apesar de pontuar o fato de “não terem artilharia, parece que todas as fortalezas põem em bons muros e cavas”.³³ (Ibid, p.21).

Continua escrevendo a respeito da cidade de Chincheo: “São muito bem arruadas e largas as ruas, e é coisa de maravilha ver quão diretas são que não sai uma da outra nenhuma coisa”. Novamente, pode-se retirar dessa admiração uma visão comparativa com a Europa, pois, as cidades europeias da época possuíam ruas tortuosas.

Descreve a movimentação das ruas das cidades e o seu tamanho. “De uma banda e da outra as ruas vão cobertos, por causa dos mercadores” E que mesmo tirando esses espaços “ficará espaço para andarem quinze homens a cavalos”. Indicando a largura das ruas, o que possibilita um entendimento de que as cidades eram bem povoadas e muito bem estruturadas.

Mais à frente, Pereira, comenta sobre a cidade de Funcheo. A cidade, com base nas descrições, “É em extremo grande, cercada de muro muito forte, e bem feito”. Sendo as ruas possuindo “como já tenho dito das outas, infinidade de mercadores, e cada um o que tem para vender tem-no escrito à porta, em tábuas grandes”

A cidade de Funcheo tem em especial olhar por Pereira, principalmente sobre a sua estrutura, pois “Tem mais esta cidade do Funcheo ser toda sobre a água com muitos esteiros. Com cais tão largos que ficam em ruas” E ao longo desses cais “há muitas pontes” para que a população possa andar pela cidade. E essas pontes são feitas em cais tão altos que “podem passar por baixo muito grandes barcos”. Descreve também sobre o sistema fluvial da cidade, pois existe “Onde entram e saem estes esteiros na cidade têm feito grandes arcos no muro, por

³³ Loureiro nas notas escreve a equivocação de Pereira sobre a artilharia chinesa, pois, “Sabe-se atualmente que tanto a pólvora como um tipo de canhões rudimentares são de origem chinesa” (Loureiro, 1922, p.21 Notas).

onde entram e sai paraus”. Que, enfatizando a segurança chinesa, fecham de noite, como também as portas da cidade. Por fim, sobre Funcheo, mostra a sua admiração: “E isto, digo, estes esteiros e embarcações enobrecem muita esta cidade, de maneira que imaginávamos se esta cidade outra Veneza”.

Ainda sobre as cidades chinesas pontua o seu tamanho, em principal entende-se que as casas chinesas, ocupam muito terreno:

As casas que [há] são todas térreas mas bem feitas e altas; e algumas sobradas (com sobrado ou andares). São as cidades tamanhas que se não podem crer, e a causa [é] por, como digo, serem as casas térreas, e desta maneira estendem-se muito pelo grande chão que tomam. (Ibid, p.39)

Outro ponto de destaque sobre as cidades Chinesas, que “espantou muito”. É a existência “Em todas as cidades hospitais que estão sempre cheios de gente”. E a falta de pedintes nas ruas das cidades. “E perguntando pela causa, me disseram que havia em cada cidade um grande encerramento em que havia muita quantidade de aposentos para gente pobre” (Pereira, p.41). Além de outros que não podiam mais “fazer sustento”. “A qual gente tem nestas casas arroz em abastanças e que lhes sobeja, sem mais outra coisa, e isto têm em vida dos que se ali mantem. ” (Pereira, p.41). Também “tem sua criação ali dentro de porcos e galinhas e assim se sustentam sem andarem pedindo” (p.41). Outra vez o olhar de comparação com a Europa é lançado e a “superioridade” chinesa nesse aspecto espanta Pereira, pois na Europa dá época, possuíam uma enorme quantidade de pobres e pedintes pedindo esmolas pelas cidades.

Pereira apesar dos elogios, pontua outra vez a fraqueza do povo chinês: “E contanto são tamanhas as cidades como digo, é a gente tão fraca posto que seja sem número, que com muito pouco se podia nesta terra em muito pouco tempo fazer muito serviço a Deus e a el-rei nosso senhor”. Incisivamente colocando a China como fraca e de fácil domínio por Portugal.

Sobre a população e os costumes chineses de etiqueta, coloca quando estando com os “grandes”³⁴, “São homens de muito primor nas cortesia, e nisto parecem que ganham a todo género de nações”. Ainda compara com a civilidade europeia “São tão atilados que ganham a todo o gentio e mouro e têm pouca razão de nos haver inveja”. (Pereira, pg.26)

Outro ponto de interesse se dá quando Pereira busca saber e compreender qual é o nome do território chinês, pois entende que por nunca escutar o nome “chin” ser falado pelos

³⁴ Pessoas importantes na sociedade chinesa, normalmente se referindo aqui a alguém com cargo mais elevado na política e economicamente, que se encontravam com os estrangeiros presos, por motivos de curiosidade sobre os desconhecidos.

habitantes, e dessa forma, realiza uma investigação para saber qual o seu nome, e porque foi chamado de chin. Como coloca “Nós chamamos a esta terra China e a gente dela chins”, no entanto, “nunca tal nome ouvi”. E que após perguntar, chegou que “a terra toda se chamasse Tamen e os homens Tamenjins”, o que significaria o nome da terra como Grande Ming (Ta ming) e o povo Gente do Grande Ming (Ta Ming Jen). Isso indica que Pereira buscou entender a China dentro da sua cultura, não apenas à viú de maneira comparativa a Europa, mas buscou olha-lá de dentro, apresentando uma aproximação com essa nova cultura e entendendo a importância cultural, ou seja, não era indiferente a ela.

Destaca-se também a religião que esse povo acredita, Pereira coloca que, “Têm mais esses chins serem em extremo grandes idólatras”, pois, em sua religião “adoram é o céu”. De fato, o Imperador era um cargo dado pelo céu para ele. E ainda pontua que “alguns adoram o sol e outros a lua”. Escreve sobre os tempos, que “têm um altar grande no lugar dos nossos”. Ainda pontua sobre um certo culto as autoridades locais “é uma grande figura de loutea que naquela terra onde o põem e têm nesta veneração tenha feito alguma coisa notável”. Aqui, Pereira, destaca uma visão de certo negativa para essa nova religião, colocando um certo culto ao diabo (para ele os espíritos), “as almas são imortais e que tanto que um homem morria era feito diabo se vivem bem neste mundo”. E se vivesse de maneira ruim, virava “vacas ou cães”. Coloca outra maneira de templo que existia “alteres como [...] muitos ídolos, todos bem proporcionados e sem cabelo, a que se chamam Omithofont³⁵, onde também são “diabos” (espíritos), mas “que estão nos céus”. E que são estes homens e mulheres que “neste mundo viveram castamente, e que não comeram nunca carne nem peixe, senão arroz e ervas”. E por fim, escreve que também acreditam que se um homem na terra faz bem “lhe dá o céu muita abastança dos bens temporais” e caso faça mal sofrem “doenças, enfermidades, trabalhos, pobreza”. (Pereira, pg.27-28)

Pereira coloca ainda, “Vi algumas coisas que me parecem dignas de ser escritas aqui”. Diz que, durante o seu tempo encarcerado, encontrou-se com muçulmanos. Ele cita que esses muçulmanos que encontrou diziam apenas que “mouro é Mafamede” (ou Maomé) e que “mouro foi meu pai, e eu sou mouro”. Além disso, eles sabiam recitar algumas palavras do Alcorão, mas não tinham uma compreensão profunda da religião. Ou seja, Pereira observou que os muçulmanos (ou “mouros”, como eram chamados na época) na China eram poucos e não tinham grande influência, e que pouco sabiam sobre a sua própria religião e que sua prática

³⁵ Segundo Loureiro nas notas, esse termo se refere aos templos budistas

religiosa era superficial. Um dos maiores empecilhos encontrados para a difusão e aceitação do islamismo na China foi o fato de “tolher (proibir) o porco”, pois segundo Pereira, “nesta terra os homens e mulheres antes deixarão seus pais e mães que deixarem de comer porco”. Dessa forma, Pereira acreditava, que o Cristianismo por não ter um empecilho com o proibição de alimentos, seria fácil, uma propagação cristã na China:

Por isso digo que vindo esta terra a ser corrente conosco em a nossa lei lho não havia de tolher não seria muito tomarem-na e deixarem a sua simpleza, que é tão clara e vista que eles mesmo estando em suas idolatrias se estão rindo de si. (Ibid, pg.28)

Há outro trecho que mostra a visão que Pereira possuía sobre a possibilidade da adesão do cristianismo na china:

Parecia-lhes tão bem o nosso reza que éramos no tronco importunados de muitos que lhe(s) escrevêssemos coisa do céu, o que nós vendo satisfazíamos seu apetite com algumas razões que lhes sabíamos mal dar.” “E dizíamos que vindo esta terra em algum tempo estar corrente conosco (isto é manter boa relações) era com pouco trabalho toda convertida. (Ibid, pg.27)

Isso possivelmente indica mais os interesses do autor do que a realidade que ocorria na China. Pois, como Loureiro coloca nas notas, décadas mais tardes os Jesuítas colocavam uma grande impossibilidade da propagação cristã na China, sendo necessário várias estratégias e adaptações para ao menos serem aceitos. Sendo o único empecilho “o pecado da sdomia, que entre os baixos é muito geral e entre os grandes não se estranha muito” (Ibid, pg.28), que Loureiro coloca, que apesar de não incentivado era tolerado e considerada vulgar.

Por fim, vale destacar algumas festas que Pereira escreve que os chineses praticavam. Eram realizadas “festa o dia da lua nova e cheia” onde se visitava “uns aos outros” com “grandes banquetes”. Mas, andes do banquete, tinha que prestar zumbaia³⁶ e depois passava para as festas. Coloca ainda que “o dia que cada um nasce faz grande festa”, ou seja, era comemorado uma espécie de aniversário “quando algum faz festa ao seu nascimento vir seus parentes e amigos com algumas peças ou dinheiro que lhe dão e ele a todos dá de comer e beber”. E coloca que a principal festa dos chineses era o “primeiro dia do seu ano”, que é “o primeiro dia da lua nova de fevereiro”. Ou seja, Pereira descreve a festa do ano novo chinês. (Pereira, pg.28-29)

Os escritos de Galiote permitem uma visão mais aprofundada da cultura chinesa, onde coloca importantes aspectos do dia a dia chinês, mas também, de festas culturais, traz uma grande preocupação em compreender essa nova cultura, e a descreve-la, claro, não faltando

³⁶ Segundo Loureiro “uma saudação reverencial que se faz a um rei, príncipe ou homem importante”

escritos sobre a potencialidades econômicas e militares, mas Pereira traz uma visão muito maior sobre a China, e que será o pioneiro a trazê-las.

5 CONCLUSÃO

Pode-se concluir, então que, tal estudo buscou-se trazer uma visão sobre as primeiras interações entre os portugueses e os chineses no contexto das Grandes Navegações. Através de obras como a *Suma Oriental* de Tomé Pires, as cartas dos cativos de Cantão e *Algumas coisas Sabidas da China*, a percepção dos portugueses sobre a China foi moldada por uma mistura de curiosidade, interesses comerciais e militares e, sobretudo, o choque cultural. Ao longo da narrativa, emerge uma clara tensão entre o desejo de Portugal de integrar a China em seu sistema mercantil e o isolamento que os chineses mantinham, limitando o contato estrangeiro, como mencionado nas políticas rígidas de fiscalização e controle das fronteiras

A percepção portuguesa da China, desde o início, foi marcada pela admiração pela civilização chinesa, especialmente em termos de organização social e produção artesanal, como as porcelanas e as sedas, produtos de alto valor no mercado europeu. Ao mesmo tempo, os relatos carregavam um tom etnocêntrico, com muitos portugueses vendo a China como uma civilização "fraca", especialmente no que se refere à defesa militar, como exemplificado por Tomé Pires, que subestimou as capacidades de defesa chinesas ao comparar a conquista de Malaca com uma possível dominação da China. As duas outras obras, as cartas dos cativos e a obra de Pereira, também deixam claro essa visão. Sempre com um olhar de superioridade, apesar de que, no caso de Pereira, pontua os pontos na qual a China surpreende e "supera" Portugal, isso indica uma possibilidade uma fase etnorelativa da sua visão ao outro, na qual ele aceita as diferenças e busca compreender a cultura do outro, apesar de ainda dotado de uma visão etnocêntrica, na qual observa seus arredores de maneira comparativa, sempre colocando sua nação de origem como a base civilizatória e, portanto, a melhor.

Outro ponto central abordado é o choque cultural que permeou as relações luso-chinesas. Os portugueses, ao entrarem em contato com uma civilização tão diferente, tanto em termos de valores quanto de organização social, passaram a ter um entendimento limitado e enviesado do outro. Isso pode ser visto claramente no relato de Pires sobre os hábitos alimentares chineses e na forma como ele comparava constantemente os costumes locais aos portugueses ou castelhanos, evidenciando uma tentativa de "decifrar" a China através de um filtro europeu. A obra de Calvo e Vieira, mostram as consequências desse choque, que por conta de um desentendimento cultural, os Portugueses não estavam dispostos a seguir a burocracia Chinesa, e pouco sabiam sobre, entraram na visão dos Chineses uma embaixada que

deveria seguir os moldes das anteriores do sistema de tributo, mas os europeus não rebaixaram seu soberano, como faziam os reinos do sudeste asiático para com a China. Esse choque cultural da embaixada ocasionou a prisão dos cativos que faziam parte dessa embaixada. E trouxe consigo uma visão negativa da cultura chinesa pelos cativos. Pereira por outro lado, observa o oposto, sendo acusado de um crime que não cometera, acreditou que por não ser natural da China, estaria à mercê de seus captores, no entanto, o que foi visto, foi a justiça chinesa que os defendeu, descobriram a verdade, e os captores que foram punidos com a morte. Pereira, portanto, tem tudo para enxergar de maneira positiva o sistema judiciário chinês. E ainda busca compreender o outro, entende as diferenças culturais e a aceita.

Por outro lado, os chineses também desenvolveram uma visão crítica sobre os portugueses, com registros de acusações de comportamento bárbaro, como o canibalismo, o que revela um profundo desconhecimento mútuo entre as duas civilizações. A obra de Cristóvão Vieira, por exemplo, destaca como os chineses, baseando-se nas ações de Simão de Andrade e outros, viam os portugueses como uma ameaça potencial, acreditando que suas ações previam uma possível invasão militar, o que ao observar a obra da Cartas do Cativo de a Suma oriental, talvez não estivesse muito longe da realidade, apesar que apenas demonstra um interesse de domínio militar, não havia nenhum plano por parte da coroa. Essa percepção levou a uma deterioração das relações entre os dois povos, com os portugueses sendo vistos como invasores e, em muitos casos, sendo rejeitados e expulsos.

Portanto, deixa-se claro que, embora as primeiras tentativas de contato entre Portugal e a China no século XVI tenham sido motivadas por interesses comerciais e missionários, o resultado foi, em grande parte, um fracasso diplomático. As políticas isolacionistas chinesas, combinadas com os equívocos culturais e os excessos militares portugueses, criaram um ambiente hostil que impediu um entendimento genuíno e frutífero. Essa experiência inicial moldaria as futuras tentativas de interação, levando à necessidade de adaptações nas abordagens portuguesas, como o reconhecimento da importância de respeitar as hierarquias e os costumes locais para qualquer forma de cooperação duradoura, como será visto algumas décadas mais tarde com Matteo Ricci.

Em suma, não só se buscou explorar o contexto e as motivações por trás do contato entre Portugal e a China, mas também evidenciar como os choques culturais e as diferenças de valores afetaram profundamente as relações entre as duas potências. Permitindo, dessa forma, compreender que o processo de globalização iniciado com as Grandes Navegações foi não

apenas um movimento de conquista e exploração, mas também de profundo aprendizado sobre a complexidade do "outro" e dos limites de uma visão eurocêntrica do mundo.

REFERENCIA

ADLER, Peter S. *The transitional experience: An alternative view culture shock. Journal of Humanistic Psychology*, v.15, n.4, p.13-23, 1975.

BARROS, JOSÉ D' ASSUNÇÃO; História Cultural: um panorama teórico e historiográfico. Textos de História, vol. 11, nº ½, 2003.

BENNET, M. Tornando-se interculturalmente competente. In WURZEL, Toward Multiculturalism: A reader in multicultural education. Newton, MA, 2004.

BOXER, C. R. O IMPÉRIO COLONIAL PORTUGUÊS (1414 – 1825). Trad, Inês Silva Duarte. Editora: Edições 70. 1969, Lisboa.

BRANDÃO, Isabel Cristina de Jesus. PESQUISA EM FONTES PRIMÁRIAS: ALGUMAS REFLEXÕES. Revista HISTEDBR On-line, Campinas, 2007.

CEZAR, Temístocles. Entre antigos e modernos: a escrita da história em Chateaubriand. Ensaio sobre historiografia e relatos de viagem. Almanack Braziliense, São Paulo. 2010

CHAN, Hok-Lam. **The Chien-wen, Young-lo, Hung-hsi, and Hsuan-te reigns, 1399 – 1435..** In: TWITCHETT, D., & FAIRBANK, J. K. (1998). *The Cambridge History Of China*. Volume 7: The Ming Dynasty 1368 – 1644, Part I. Estados Unidos Da America: Cambridge University Press, 1998. p. 205 – 276.

COSTA, João; LACERDA, Teresa. A Interculturalidade na Expansão Portuguesa (Séculos XV-XVIII). Lisboa, 2007.

DIAS, Silva. Dimensões Culturais: A percepção de dimensões da cultura Brasileira a partir de um olhar estrangeiro. Rio de Janeiro, 2012. p. 25 a 39.

GEISS, James. **The Cheng-te reign, 1506 – 1521.** In: TWITCHETT, D., & FAIRBANK, J. K. (1998). *The Cambridge History Of China*. Volume 7: *The Ming Dynasty* 1368 – 1644, Part I. Estados Unidos Da America: Cambridge University Press, 1998a. p. 403 – 439.

GEISS, James. **The Chia-ching reign, 1522 – 1566.** In: TWITCHETT, D., & FAIRBANK, J. K. (1998). *The Cambridge History Of China*. Volume 7: *The Ming Dynasty* 1368 – 1644, Part I. Estados Unidos Da America: Cambridge University Press, 1998n. p. 440 – 508.

GILLERT, Arne. Conceitos de Aprendizagem Intercultural. Mochila Pedagógica sobre Aprendizagem Intercultural. Disponível em: <https://pjp-eu.coe.int/documents/42128013/47261269/chapter2.pdf/4c5fb537-ea12-4256-a09c-1d564af6e5c0>

GINZBURG, Carlos. O queijo e os vermes: o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela Inquisição. São Paulo, Companhia das Letras, 2006.

GRUZINSKI, Serge. A águia e o dragão: Ambições Europeias e Mundialização no Século XVI. Tradução de Joana Angélica d' Avila Melo. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

HOFSTED, Geert. *Culture's consequences – Comparing values, behavior, institutions and organizations across nations*. London: Sage Publications, 1980.

HUCKER, Charles. *Ming Government*. In: TWITCHETT, D., & FAIRBANK, J. K. (1998). *The Cambridge History Of China*. Volume 8: The Ming Dynasty 1368 – 1644, Part 2. Estados Unidos Da America: Cambridge University Press, 1998. p. 9 – 103.

IRWIN, Rachel. *Culture Shock: negotiating feelings in the fiel*. Vol 9, University of Oxford. 2007

LARAIA, Roque B. *Cultura: um conceito antropológico*, 21ª Edição. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2007.

LOUREIRO, Rui Manuel. *IMAGEM DA CHINA NA CULTURA DOS DESCOBRIMENTOS PORTUGUESES*. 1995. Disponível em: <<http://www.icm.gov.mo/rc/viewer/30023/1782>>. Acesso em: 04/10/2023 às 10:33

LOUREIRO, Rui Manuel. *Origem de Macau nas fontes Ibéricas*, Instituto cultural do governo da R.A.E. de Macau. 2002

LOUREIRO, Rui Manuel. *Revisitando as Décadas da Ásia: Algumas observações sobre o projeto historiográfico de João de Barros*. 2018.

MINUZZI, João; TOMAZI, Tais. *Limites e possibilidades no uso de fontes históricas: batismo, inventários e relatos de viagens*.

OBERG, Kalervo. *Culture Shock. Presented to the Women's Club of Rio de Janeiro*, Brazil, 1954.

OBERG, Kalervo. *Culture shock: Adjustment to New Cultural Environments*. 1960. Disponível em: <https://culturaladjustment.weebly.com/uploads/7/5/4/8/7548819/culture_shock_oberg.pdf>

OLIVEIRA, DE Francisco Manuel de Paula Roque. *A construção do conhecimento europeu sobre a China c. 1500 – c. 1630: Impressos e manuscritos que revelaram o mundo chinês à Europa culta*. Universitat Autònoma de Barcelona, 2003.

PEREIRA, Galiote, *Algumas cousas sabidas da China*. Tradução de LOUREIRO, Rui. 1922.

PINTO, Paulo Jorge De Sousa. *A China pelos olhos de Malaca. A Suma oriental e o conhecimento europeu do Extremo Oriente*. 2014. Disponível em: <https://www.academia.edu/5828500/A_China_pelos_olhos_de_Malaca_A_Suma_Oriental_e_o_conhecimento_europeu_do_Extremo_Oriente> Acesso em: 30/10/2023

PINTO, Paulo Jorge De Sousa. *Malaca, Manila e Batávi: Os Chineses ultramarinos no contexto dos impérios europeus na Ásia do Sueste (séculos XVI- XVIII)*. In LOBAT, Manuel; MANSO, Maria; *Mestiçagem e Identidades Intercontinentais nos espaços lusófonos*. Núcleo de Investigação em Ciências Políticas e Relações internacionais, Braga, 2013. p. 91 – 220.

PIRES, Tomé, 1465?-1540? *A Suma Oriental de Tomé Pires e o livro de Francisco Rodrigues / leitura e notas de Armando Cortesão*. - Coimbra : por Ordem da Universidade, 1978.

SIYUAN, MA. *Um olhar português sobre a China. As relações Luso-chinesas nas obras de alguns autores portugueses*. Universidade de Aveiro, Departamento de Línguas e Culturas, 2015.

TODOROV, Tzvetan. Tipologia das relações com outrem. A Conquista da América. Trad, Marins Fontes, São Paulo, 1999.

TWITCHETT, D., & FAIRBANK, J. K. (1998). *The Cambridge History Of China*. Volume 7: The Ming Dynasty 1368 – 1644, Part I. Estados Unidos Da America: Cambridge University Press.

TWITCHETT , D., & FAIRBANK, J. K. (1998). *The Cambridge History Of China*. Volume 8: The Ming Dynasty 1368 – 1644, Part 2. Estados Unidos Da America: Cambridge University Press.

VIEIRA, Cristóvão, fl.1500 Cartas dos cativos de Cantão : Cristóvão Vieira e Vasco Calvo (1524?) / Introdução leitura e notas de Rui Manuel Loureiro. - Macau : Instituto Cultural, 1992.

WILLS, Jhon. **Relations with Maritime Europeans 1514 – 1662**. In: TWITCHETT , D., & FAIRBANK, J. K. (1998). *The Cambridge History Of China*. Volume 8: The Ming Dynasty 1368 – 1644, Part 2. Estados Unidos Da America: Cambridge University Press, 1998. p. 333 – 341.

..... Dimensões Culturais de Hofsted. Intercultural Programs. 2011. Disponível em: <https://d22dvihj4pfop3.cloudfront.net/wp-content/uploads/sites/27/2019/02/13111039/DimensoesCulturaisdeHofstede...paraamigosdoAFS.pdf>

.....O modelo de Desenvolvimento de Sensibilidade Intercultural. Intercultural Programs, 2012. Disponível em: https://d22dvihj4pfop3.cloudfront.net/wp-content/uploads/sites/27/2019/02/13111044/DMIS_...forfriendsofAFS2012-Portuguese.pdf

.....O mundo hoje. Macau volta à China após 442 anos de Domínio português. BBC, 1999. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/omundohoje/omh99122001.htm>